

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA
LICENCIATURA

SHAYENE ASSIS COSTA

**O FINANCIAMENTO DOS JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS: UM
OLHAR A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER**

Goiânia
2016

SHAYENE ASSIS COSTA

**O FINANCIAMENTO DOS JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS: UM
OLHAR A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás como requisito para finalização do curso de Educação Física Licenciatura.
Orientador: Prof. Dtda. Valléria Araújo de Oliveira.

Goiânia

2016

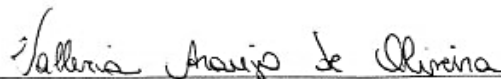
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

**O FINANCIAMENTO DOS JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS: UM
OLHAR A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER**

Trabalho apresentado para obtenção do título de
Licenciada em Educação Física pela
Universidade Federal de Goiás, sob orientação da
professora Valléria Araújo de Oliveira.

Esta Monografia foi revisada após a defesa em banca e está aprovada.

Goiânia, fevereiro de 2017.



Profª. Dtda. Valléria Araújo de Oliveira (orientadora)

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos a mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

AGRADECIMENTOS

Parece que foi ontem que entrei na faculdade e na verdade acho que a ficha ainda não caiu. Durante este período de quatro anos vivi as sensações mais extremas tanto na graduação quanto fora dela, e em meio a esses sentimentos algumas pessoas estiveram ao meu lado e me ajudaram a continuar nessa caminhada.

Agradeço primeiramente a Deus por todas minhas vitórias e por ter me deixado mais forte em meio a algumas dificuldades. Agradeço meu papai e minha mamuska por terem feito tanto por mim e pela minha educação. Por sonharem junto comigo e aceitarem minhas escolhas, principalmente quando escolhi Educação Física como profissão.

Agradeço também minhas avós que sempre fizeram tudo que puderam para me ver feliz e que cuidaram e rezam por mim todos os dias. Agradeço todas as orações da minha vó Gessy que sempre que eu vou fazer alguma prova pede que Deus me abençoe e eu alcance meus objetivos. Agradeço, também, por todas as vezes que ela levava arroz doce e leite ninho pra eu comer.

Ao meu cachorro, neguin, eu agradeço por ter ficado ao lado nos momentos mais tristes e mais felizes durante esses quatro anos de graduação. Agradeço por ter deitado perto de mim enquanto eu escrevia tcc, e por pedir carinhos me fazendo rir e morrer de amores.

Minha orientadora não merece só agradecimentos, merece um monte de coisas boas em sua vida por tudo que foi durante minha graduação e o meu processo de escrita. Valzinha, obrigada por todos os momentos em que você acalmou meu coração, por ter brigado e insistido quando eu quis desistir e por acreditar em mim mais do que eu mesma. A iniciação e conclusão deste trabalho só foi possível graças a você. Um obrigada gigantesco por toda a calma que você teve comigo e por sempre me ajudar.

Alguns professores me marcaram durante esse caminho. Em especial agradeço a professora Nilva por ter puxado minha orelha e me colocado na linha de novo em um momento que estava meio perdida durante minha graduação. Agradeço o professor Juracy que me ajudou nessa pesquisa, me deu luz durante esse caminho, e por todas as oportunidades que me deu na Coordenação de Esporte e Lazer. Sem dúvida foram experiências marcantes que influenciaram minha vida acadêmica e profissional, e que, também, motivaram a escrita deste trabalho. Agradeço também ao professor Lênin, que sempre teve paciência comigo durante o estágio, me ensinando, respondendo minhas perguntas e até tirando foto ao meu lado quando estava dormindo em aula. A paciência e atenção que ele me deu fizeram com que eu criasse um carinho imenso.

Durante a graduação fiz grandes amigos e que desejo levar para vida toda. Agradeço o meu bro (Thallita) por me ajudar em todos os momentos, por virar a noite escrevendo tcc, por sempre fazer dupla comigo, por ir ao japa comigo mesmo quando não podíamos gastar dinheiro, por não ter deixado que eu desistisse, enfim, agradeço por tudo que representa na minha vida. Agradeço também a Brendinha, mãezinha (Karolzinha), Valzinha, Dede, Juliete, Tarissa, Loyse, Raisa e Layla por todos os momentos que passamos juntas durante a graduação, por entenderem quando eu não podia sair, por me levarem pra sair quando percebiam que eu estava surtando rs obrigada por estarem sempre por perto.

Agradeço Wallace e Priscilla por todos os momentos que compartilhamos durante a monitoria na Coordenação de Esporte e Lazer. Vocês são amigos que me ajudaram muito durante esse período, tanto no que diz aos momentos de trabalho quanto nos pessoais. Obrigada por sempre me cobrirem quando eu não podia ir, principalmente no prazo final de entrega deste trabalho. Pri, primeiramente desculpa por ter me exaltado uma vez, mas a culpa foi do Bira (carinha do whatsapp). Segundamente, obrigada por tudo que compartilhamos, por estar sempre por perto, por deixar de ir de avião pra me fazer companhia no ônibus. Obrigada por compartilhar momentos únicos como quando invadimos um hotel em Aracaju, por me derrubar do carro bêbada pedindo sua caipiroska, enfim, por tornar meus dias mais alegres e escutar minhas loucuras.

Agradeço, por fim, a Camila da Federação Goiana de Desporto Universitário por ter me ajudado a conseguir a entrevista com o presidente da Confederação Brasileira.

Esses são meus mais sinceros agradecimentos.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”. (Albert Einstein)

RESUMO

Resumo: Este trabalho situa-se no âmbito da pesquisa social e apresenta uma perspectiva descritiva-exploratória. Tem como objetivo central compreender o processo de financiamento das competições universitárias, especificamente o Jogos Universitários Brasileiros (JUB's) nos anos de 2014 e 2015, a partir das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Tem, ainda, como objetivos: identificar as leis que amparam o esporte e o lazer, verificar em que medida o financiamento do JUB's cumpre os objetivos dessa competição elencada como esporte educacional e identificar os problemas existentes nessa competição. Esses apontamentos foram realizados através de um paralelo entre a organização das competições universitárias e da gestão nacional, regional e institucional, a partir de análise de documentos e entrevistas, gravadas e transcritas, com os responsáveis por essas organizações. Através deste trabalho podemos verificar que o dinheiro empenhado e destinado ao desporto universitário não corresponde aos valores executados, fator este que depende de uma burocracia bem como dos interesses da gestão, ocasionando o retorno do montante não utilizado para o Governo Federal ao final de cada ano. Além disso percebemos que existe um distanciamento da competição universitária com o esporte educacional. Por distanciamento entendemos que a competição apresenta características do esporte de rendimento quando na verdade deveria apresentar-se com os princípios educacionais apontados na Lei Pelé. Durante a construção deste trabalho percebemos que existem alguns entraves que dificultam a realização dos eventos nacionais e regionais, assim como, dificultam a participação de algumas instituições de ensino superior. Nos eventos nacionais a dificuldade está presente na escolha de uma cidade sede que seja capaz de atender todas as necessidades da competição. Já nos eventos regionais, o principal entrave é a participação das instituições de ensino superior, que em sua maioria não possuem políticas de esporte e não participam das competições. Institucionalmente, no caso da Universidade Federal de Goiás, a maior dificuldade é encontrar alunos que queiram se comprometer com um time universitário e que consiga conciliar a vida acadêmica com a vida esportista.

PALAVRAS-CHAVE: Financiamento; políticas públicas de esporte e lazer; competições universitárias; esporte universitário; Jogos Universitários Brasileiros.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Limites de valores disponíveis de movimentação e empenho do Ministério do Esporte nos anos de 2014 e 2015	28
Gráfico 2: Distribuição dos recursos destinados ao COB através da Lei Agnelo/Piva.....	31
Gráfico 3: Valores dos repasses da Lei Agnelo Piva nos anos de 2014 e 2015.....	42
Gráfico 4: Valores repassados e executados a partir da Lei Agnelo Piva nos anos de 2014 e 2015.....	42
Gráfico 5: Distribuição dos valores executados no esporte universitário a partir da Lei Agnelo Piva nos anos de 2014 e 2015.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CBDU** – Confederação Brasileira de Desporto Universitário
- CEL** – Coordenação de Esporte e Lazer
- CNE** – Conselho Nacional do Esporte
- COB** - Comitê Olímpico Brasileiro
- CUBE** – Confederação Universitária Brasileira de Esportes
- DOU** – Diário Oficial da União
- FDU** – Federações Desportivas Universitárias
- FGDU** – Federação Goiana de Desporto Universitário
- INDESP** - Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
- JUB's** – Jogos Universitários Brasileiros
- LDO** – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LDU** – Liga Desportiva Universitária
- LOA** – Lei Orçamentária Anual
- ME** – Ministério do Esporte
- OGU** – Orçamento Geral da União
- PPA** – Plano Plurianual
- PPEL** – Políticas Públicas de Esporte e Lazer
- UFG** – Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	16
PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	16
1.1 TIPIFICAÇÃO DA PESQUISA	16
1.2 ESCOLHA DOS SUJEITOS DE PESQUISA	16
1.3 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS	17
CAPÍTULO II	18
POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER: COMPREENDENDO O FINANCIAMENTO DO ESPORTE	18
2.1 POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER EM ÂMBITO NACIONAL	18
2.1.1 Esporte: uma história pra “boi dormir”	18
2.1.2 Financiamento das políticas de esporte e lazer	25
2.1.3 A institucionalização das políticas de esporte e lazer	29
CAPÍTULO III	32
JOGOS UNIVERSITÁRIOS: ENTRE O ESPORTE EDUCACIONAL E DE ALTO RENDIMENTO	32
3.1 JOGOS UNIVERSITÁRIOS – DO REGIONAL AO NACIONAL	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
APÊNDICE 1	53
APÊNDICE 2	55
APÊNDICE 3	57

INTRODUÇÃO

Durante os séculos XVIII e XIX, o Estado determinava que a segurança pública e a defesa externa contra ataques dos inimigos era papel fundamental a ser cumprido pelo mesmo. Devido às suas novas configurações, deixando de ser uma monarquia e tornando-se uma república, outros objetivos a serem cumpridos foram determinados. O caráter democrático influenciou nessas mudanças propondo e indicando que o bem-estar social e a garantia de direitos dos cidadãos seriam o novo papel do Estado (AGENDA 21 COMPERJ, 2008, p. 5).

As Políticas Públicas são um conjunto de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (AGENDA 21, 2008). Desta forma, as Políticas Públicas são definidas para atender as demandas sociais os direitos constitucionais de cada cidadão a partir das decisões dos poderes executivo e/ou legislativo.

Para compreender o financiamento do esporte – objeto de estudo desta pesquisa - parti do entendimento do que são as políticas públicas através da identificação das ações do Estado e as definições das Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL). Essas políticas são determinadas, atualmente, pelo Ministério do Esporte, criado em 2003 durante o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010).

O Ministério do Esporte (ME) desde sua criação sofreu diversas alterações em sua organização e gestão. As questões relacionadas ao esporte inicialmente foram ligadas a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, criada no ano de 1937. Este departamento sofreu alguns desmembramentos e o esporte passou a ser vinculado a outros órgãos até que em janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, separou o Ministério do Esporte e Turismo em dois ficando o esporte com um ministério próprio,

Segundo o site do ME, sua função é:

[...] construir uma Política Nacional do Esporte, desenvolver o esporte de alto rendimento, além de promover ações de inclusão social por meio do esporte garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano. (BRASIL, S/D)

De acordo com a Política Nacional do Esporte construída pelo ME:

A partir da Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro (1985) e principalmente da Constituição Federal de 1988, o Esporte brasileiro, pelo menos teoricamente e parcialmente em termos de prática, é entendido sob o pressuposto do direito de todos ao esporte e as formas de exercício deste direito são o esporte educacional, o esporte escolar, o esporte-lazer e o esporte de rendimento. A abrangência deste esporte vem desde a infância chegando à terceira idade, passando pela adolescência, juventude e idade adulta. Como é direito de todos, evidentemente que existem práticas organizadas institucionalmente e práticas não formais também para as pessoas com necessidades especiais (BRASIL, S/D).

Neste sentido, as ações desenvolvidas pelo ME são direcionadas a fim de efetivar e garantir o direito de acesso gratuito às práticas esportivas, abrangendo todas as fases do desenvolvimento humano.

As Políticas Públicas que envolvem o Esporte e o Lazer se destacaram nos últimos anos, isso porque o Brasil foi e será palco de vários megaeventos devido a espetacularização do esporte bem como a mercadorização do mesmo. O governo estaria preocupado, então, com os resultados que seriam obtidos, principalmente nos Jogos Olímpicos.

Em 2003, ao se firmar enquanto ministério próprio, o ministério do esporte teve como destinação um orçamento certo legitimado enquanto uma política do estado onde teria 1% do bolo orçamentário da união às suas políticas de esporte e lazer, dentre outras necessidades. Segundo Castro e Souza (2014, p.2), o financiamento se desenvolve da seguinte forma:

O financiamento das políticas públicas de esporte e lazer pode ocorrer de maneira direta e indireta. O financiamento público direto e governamental – “financiamento orçamentário” - é aquele procedente do Orçamento Geral da União (OGU). Já o financiamento público indireto – “financiamento extraorçamentário” - se refere aos recursos adquiridos por meio de incentivos financeiros, concessão de benefícios, auxílios e subvenções sociais e de exonerações tributárias.

Desta maneira um montante é arrecadado para criação de projetos, bem como para a efetivação de outros, garantindo os direitos constitucionais, além do repasse específico para o esporte educacional, esporte olímpico e paralímpico. Constitucionalmente o esporte é reconhecido em algumas manifestações através da Lei Pelé (Lei nº 9515). O esporte pode, então, ser compreendido como: educacional, de participação, de alto rendimento e de formação. Neste sentido, este trabalho se propôs a compreender principalmente o esporte educacional o qual conceitualmente as competições universitárias são enquadradas, bem como o esporte de alto rendimento devido às proporções que essas competições vêm alcançando.

O esporte educacional segundo a Lei Pelé (1998) é aquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer. Já o esporte de alto rendimento é praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

A presente pesquisa objetiva compreender o financiamento dos Jogos Universitários Brasileiros (JUB's), mais precisamente as edições 62º e 63º do evento realizadas em Aracaju (SE) e Uberlândia (MG) respectivamente, tendo como eixo norteador e investigativo os documentos das políticas de esporte e lazer. É objetivo desta pesquisa, também, compreender a dimensão em que o esporte universitário vive, sua perspectiva quanto ao tipo de esporte fomentado e como esses fatores influenciaram na construção da atual configuração e organização do evento.

As problematizações apontadas neste trabalho surgiram concomitantemente ao meu envolvimento com o esporte universitário, tanto como atleta como enquanto membro da comissão organizadora. Durante minha participação nesses eventos questões como: Por que o esporte universitário possui tanta aproximação com o alto rendimento? Por que universidades privadas e de estados elitistas se sobressaem tanto durante a competição? De que maneira a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) capta dinheiro para realizar um evento como o JUB's e quanto é destinado? Entre tantas outras questões. Este trabalho buscou, portanto, responder essas questões a partir de uma série de temáticas.

Para que se compreendam os conceitos que permeiam a temática que será abordada na realização deste estudo, é necessário que os mesmos sejam abordados e esclarecidos. Conceitos e temas, como: políticas públicas, financiamento, diferenças presentes nas manifestações do esporte (educacional, participação, rendimento e formação) e as leis que amparam o esporte e lazer.

Assim para compreender o financiamento do JUB's, foram analisados documentos disponibilizados pelo governo brasileiro e pela CBDU, bem como entrevistas.

A organização dos capítulos desta pesquisa ficou estabelecida da seguinte forma: o primeiro capítulo busca apresentar a metodologia utilizada para realização deste trabalho; o segundo capítulo faz um apanhado na construção sócio-histórica do esporte, uma definição do que é financiamento das políticas públicas e como ele é realizado, além de apontar quais são

as leis que amparam o esporte e o lazer; e o terceiro se propõe a apresentar o JUB's, como principal competição universitária nacional, compreender como este evento é financiado, além de problematizar as questões existentes nas competições universitárias de nível regional e nacional no que diz respeito ao financiamento, a contradição entre a proposta do desporto educacional e a manifestação de esporte existente no JUB's e as dificuldades encontradas ao longo do evento.

CAPÍTULO I

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

1.1 TIPIFICAÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho é de cunho qualitativo e se define como uma pesquisa descritiva-exploratória, apoiada em direcionamentos apontados por Minayo (1994, p.32), que retrata os procedimentos vinculados a uma “pesquisa bibliográfica disciplinada, crítica e ampla” na qual há um diálogo entre a teoria e o objeto de investigação, visto que “um problema intelectual surge a partir de sua existência na vida real e não espontaneamente”.

Nessa perspectiva, a pesquisa exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Para compreender como o financiamento das competições universitárias, com enfoque nos Jogos Universitários Brasileiros nos anos de 2014 e 2015, se constituem no âmbito das políticas de estado e de governo foi realizada neste trabalho a análise dos documentos vinculados às políticas de esporte e lazer.

1.2 ESCOLHA DOS SUJEITOS DE PESQUISA

Para construção deste trabalho julgamos necessário realizar entrevistas considerando os entrevistados três pilares: nacional, regional e institucional. Desta forma, as entrevistas foram realizadas com o coordenador de esporte e lazer da Universidade Federal de Goiás, o presidente da Federação Goiana de Desporto Universitário e o presidente da Confederação Brasileira de Desporto Universitário.

A entrevista com o coordenador de esporte e lazer aconteceu na Universidade Federal de Goiás. Tal entrevista foi possível devido ao meu envolvimento como monitora da mesma coordenação de esporte e lazer. Durante os Jogos Universitário Brasileiros deste ano, entre os dias 02 e 13 de novembro em Cuiabá (MT), tive a oportunidade de realizar uma entrevista com o presidente da Federação Goiana de Desporto Universitário e que se concretizou através do meu envolvimento com esporte, principalmente através da monitoria. Por fim, realizei uma entrevista com o presidente da Confederação Brasileira de Desporto Universitário, que se tornou possível graças a ajuda de uma amiga que trabalhava na organização do evento.

Os critérios adotados para a escolha dos participantes da pesquisa foram três: fazer parte

de um dos pilares citados, ter disponibilidade para responder o questionário e aceitar participar da pesquisa.

1.3 INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

Como instrumento de coleta de dados dessa pesquisa, utilizei a entrevista com roteiros semiestruturados. Minayo (2009) afirma que um roteiro semiestruturado “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistador tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

Segundo Minayo (2009, p. 64) diz, ainda, que a:

Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.

As entrevistas com roteiro semiestruturado possibilitou maior aproximação com o objeto de estudo – financiamento de competições universitárias, além de sanar algumas dúvidas que surgiram, mas que não tinham dados ou documentos oficiais que divulgassem as informações. Todas as entrevistas foram gravadas com o auxílio de um telefone móvel e transcritas posteriormente para que fossem utilizadas durante o corpo do texto.

Foram utilizados como fontes documentais: a) os regulamentos das competições nos anos de 2014 e 2015; b) as leis que amparam o esporte e o lazer; c) *web pages* oficiais do governo brasileiro e os documentos fornecidos pelo Estado; d) além de outros documentos sobre políticas públicas, competições universitárias, esporte e assuntos afins; e) para compreensão das políticas públicas de esporte e lazer e de alguns conceitos norteadores da pesquisa utilizei como referencial teórico Wagner Barbosa Matias, Pedro Fernando Athayde e Fernando Mascarenhas, organizadores do livro “Políticas Públicas de esporte nos anos Lula e Dilma” que deu suporte e sustentação a mesma.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER: COMPREENDENDO O FINANCIAMENTO DO ESPORTE

Este capítulo tem como objetivo principal explicar como se dá o financiamento das políticas públicas de esporte e lazer. Para que esse financiamento seja compreendido alguns temas serão abordados anteriormente. Inicialmente irei delinear e explicar o esporte enquanto uma construção sócio-histórica e de interesses políticos, e como esses interesses influenciam na gestão esportiva nacional.

Entendido esse processo, o próximo passo foi explicar como esse financiamento acontece. Foi explanado como o Governo Federal realiza a distribuição de verba e a partir de qual órgão o esporte recebe esse dinheiro. Além disso, apontarei a quantidade arrecadada durante os anos de 2014 e 2015 e para quais programas esse dinheiro é destinado. Ao final, realizarei um retrospecto das leis que amparam o esporte e o lazer, principalmente aquelas que influenciam no desenvolvimento do desporto universitário.

Para construção deste capítulo foram utilizados documentos fornecidos pelo Governo Federal através de suas *webs pages* e referenciais teóricos que abordaram temas como o esporte e o financiamento de políticas públicas.

2.1 POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER EM ÂMBITO NACIONAL

2.1.1 Esporte: uma história pra “boi dormir”

Antes mesmo de compreender como se dá o financiamento das competições esportivas, é necessário que se entenda o esporte como um processo sócio-histórico. Para isso, buscou-se explicar o movimento da Educação Física e do esporte para depois explicar o porquê de existirem políticas públicas relacionadas ao esporte e ao lazer, que abrangem também o sistema educacional.

Segundo Sigoli e Junior (2004), o esporte e a Educação Física estiveram ligados em diversos momentos da história à interesses políticos. Desta forma o esporte não tinha a finalidade em si mesmo, ou seja, o esporte foi/é usado para atender outras necessidades sejam elas políticas, militares, educacionais ou religiosas.

Os primeiros dados históricos reconhecidos do envolvimento do homem com seu

próprio corpo ocorreram na Grécia Antiga através de atividades atléticas e ginásticas. Segundo Sigoli e Junior (2004, p.112):

[...] as atividades atléticas e ginásticas faziam parte do ideal grego de formação integral do homem. Além de possuir valores morais e pedagógicos, o Esporte era utilizado, na época escolar, como preparação militar para os jovens. Os jogos gregos tinham caráter predominantemente religioso, neles eram homenageados os Deuses do Olimpo. Os Jogos Olímpicos significaram o intercâmbio cultural entre as cidades-estado gregas e eram realizados para celebrar a paz entre os povos gregos.

O envolvimento do homem com o corpo neste período estava intimamente ligado à sua formação integral, não bastando, assim, somente o intelecto. Os Jogos Olímpicos criados na Grécia se tornaram o maior evento esportivo do mundo e perdura até os dias de hoje, apesar da lógica esportiva atual ser completamente diferente, o que veremos mais à frente.

Não foram apenas na Grécia os relatos de jogos entre os povos. Em Roma tivemos os “Jogos Públicos” que aconteciam em anfiteatros e circos e eram como grandes espetáculos. Ainda durante o Império Romano esses Jogos foram utilizados como uma “Política do Pão e Circo” que nada mais é do que uma forma de alienar a população. (SIGOLI; JUNIOR; 2004, p.112)

Segundo Soares (2004), “O século XIX é particularmente importante para o entendimento da Educação Física, uma vez que é neste século que se elaboram conceitos básicos sobre o corpo e sobre a sua utilização como força de trabalho”.

Durante o século XIX na França, a burguesia busca consolidar sua hegemonia, e para isso busca formar um novo homem que fosse capaz de suportar todas as modificações sociais, seja intelectualmente como fisicamente. (SOARES, 2004)

É desta forma que a Educação Física surge visando a construção de um homem automatizado e saudável, e que esteja preparado para aguentar longas jornadas de trabalho sem questionar, ou seja, formando um trabalhador subordinado ao capitalismo. O homem do século XIX se torna, também, um homem biológico (SOARES,2004). Isso significa dizer que o homem e o mundo não são mais explicados a partir de fatores históricos, mas sim através de fatores biológicos e das relações entre homem e natureza.

Nas primeiras décadas do século XIX, a partir da Revolução Industrial, provocou a urbanização e proletarização da Inglaterra e da França. Segundo Soares (2004, p.10):

O crescimento rápido e desordenado das cidades e áreas industriais não foi acompanhado pela ampliação dos serviços mais elementares nas cidades, como, por exemplo, a limpeza das ruas e os serviços sanitários. O aparecimento das grandes epidemias, como a cólera, o tifo e a febre recorrente entre 1831 e 1840, evidencia de forma contundente a deterioração do espaço urbano.

É neste momento e a partir dessas epidemias que percebemos o surgimento da Educação Física – como objetivo de disciplinar os sujeitos. Quando essas epidemias começaram a chegar às classes mais altas, as mesmas tomaram providências em relação a higienização da população. É claro que durante esse processo, as camadas populares foram culpadas pelas propagações das epidemias, como se elas fossem responsáveis pela precariedade das condições de vida a que foram submetidas.

Segundo Soares (2004), a Educação Física surge nesse contexto como “um dos instrumentos capazes de promover uma assepsia social, de viabilizar esta educação higiênica e de moralizar os hábitos”. Durante, também, as primeiras décadas do século XIX surgem as Escolas de Ginástica em diversos países do continente europeu. Segundo Sigoli e Junior (2004), “os objetivos gerais do movimento ginástico europeu estavam voltados ao desenvolvimento pedagógico, higiênico e militar do homem, buscando preparar os jovens para a vida e para a prestação de serviços à sociedade”.

A busca pelo controle do corpo através das políticas de saúde e higienização, acaba transformando este corpo em mercadoria, sendo “um objeto socializado pelas novas relações de produção, um instrumento a mais que deverá ser meticulosamente controlado para ser útil ao capital”. (SOARES, 2004)

Sigoli e Junior (2004, p. 114), afirmam que a burguesia inglesa usou o esporte como forma de higienizar sua população.

A burguesia industrial inglesa usou habilmente os princípios educativos do esporte para desenvolver junto à classe proletária valores como disciplina, hierarquia, rendimento. Assim, a regulamentação da prática esportiva dos trabalhadores atendeu aos interesses de doutrinação da burguesia, sob o pretexto da higienização e conseqüentemente da melhora da saúde.

Além das políticas de saúde, o esporte fora utilizado, também, para formar cidadãos disciplinados e que atendessem a lógica capitalista. Outro instrumento utilizado para disciplinar o trabalhador foi a instituição escolar. Segundo Soares (2004) “a educação escolar estará contribuindo para a justiça social, uma vez que, com base no mérito individual e não mais no nascimento ou fortuna, levará a sociedade a ser hierarquizada”. A escola seria, então,

o local utilizado para educar e instruir as pessoas, tornando-as aptas para as longas horas de trabalho.

A educação foi a forma encontrada para instruir o proletariado. Com a evolução das máquinas, era necessário que o trabalhador acompanhasse esse movimento, aprendendo as técnicas de condução das mesmas. Apesar dessa necessidade, a burguesia se viu à frente de um embate:

Ao construir o seu sistema educacional diferenciado, a burguesia mesmo assim se depara com um grave conflito: de um lado, a necessidade de que o trabalhador, para manejar qualquer instrumento, soubesse ler; de outro, a consciência de que esta instrução poderia tornar o trabalhador mais independente e menos humilde. (SOARES, 2004, p. 47)

Mesmo estando a frente deste conflito, a burguesia segue com seu sistema educacional, e a Educação Física reafirma o papel de contribuir para essa disciplinarização.

Concomitantemente a esse processo de construção educacional, o esporte também se desenvolve. Segundo Sigoli e Junior (2004, p. 114):

No último quarto do século XIX, com o desenvolvimento das atividades esportivas e o surgimento de ligas e campeonatos, nasceu a figura do espectador esportivo. Foram construídos estádios que abrigavam grande número de torcedores. O crescimento do número de espectadores fez com que o esporte fosse utilizado como forma de alienação dos trabalhadores que aos sábados, após o expediente, dirigiam-se em massa aos estádios para assistir aos jogos das equipes de suas respectivas fábricas.

Com o interesse cada vez maior dos espectadores o esporte passou a ser divulgado em jornais, ganhando, assim, grande poder e atraindo atenção dos órgãos governamentais. Esses órgãos utilizaram o esporte como ferramenta de implantar o “sentimento de patriotismo e representação nacional, sobretudo com a convocação de seleções para disputa campeonatos internacionais.” (SIGOLI; JUNIOR; 2004)

No final do século XIX, a França adotou em sua estrutura o sistema educacional inglês, que utilizava o esporte na formação dos cidadãos. Por intermédio francês um congresso foi realizado para discutir questões esportivas como: amadorismo, profissionalismo, a nomeação de um comitê internacional e a restauração dos Jogos Olímpicos. (SIGOLI; JUNIOR; 2004)

A volta dos Jogos Olímpicos associado ao sentimento do patriotismo e representação nacional, aumentaram consideravelmente a divulgação de notícias e eventos esportivos, e o alcance das mesmas. O crescimento do esporte através dos Jogos proporcionou que fossem acrescentados aos valores e objetivos iniciais, confraternização e celebração da paz, o desejo do prestígio internacional.

Durante o século XX o esporte sofre algumas transformações influenciadas principalmente pela Guerra Fria. O esporte moderno passa por algumas modificações e passa a ser caracterizado como esporte contemporâneo. Segundo Martins e Altmann (2007, p. 2-3), as intenções e características do esporte moderno foram:

Postular igualdade formal entre jogadores. Para tanto, pressupõe que as propriedades sociais dos participantes sejam temporariamente neutralizadas, dando igualdade de chances aos jogadores; Autonomizado, o esporte moderno criou espaços e tempos próprios: estádios, ginásios, pistas, etc; Sua prática passa a ter um tempo regrado, com temporalidade específica – calendário próprio. Sensível ao mundo social, como às exigências da mídia e ao ritmo de trabalho e de lazer; Codificação das regras e das práticas. Regras estritas e uniformes deixam de estar suscetíveis aos interesses situacionais e às tradições locais. A adoção de regras fixas permite uma prática uniforme e potencialmente universal.

O esporte contemporâneo por sua vez apresenta características do sistema capitalista que se instaurou após a Guerra Fria, sendo, então de acordo com Marques (2007, apud MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008, p. 4)

[...] um fenômeno heterogêneo ligado ao mercado, no qual suas práticas, voltadas ao lazer, à educação formal e ao alto rendimento, acabam se associando com giro de capital, ou sofrem influência cultural de um modelo hegemônico. Nesse universo os meios de comunicação exercem um papel de destaque, o de divulgar e expandir os conceitos, costumes, símbolos, valores e produtos do esporte (MARQUES, 2007).

Marques, Gutierrez e Almeida (2008, p.4-5) afirmam, ainda, a existência de uma contradição no esporte contemporâneo.

Enquanto órgãos oficiais produzem políticas, projetos e manifestos a favor da democratização do esporte, o setor privado, com apoio dos meios de comunicação, rumo num sentido hegemônico de encarecer a prática e os produtos associados à mesma, a partir da criação de hábitos e necessidades vinculadas ao universo esportivo. Ao mesmo tempo em que tenta direcionar para uma democratização de práticas heterogêneas, o esporte se nutre da massificação de seus produtos.

Nesse sentido o esporte se torna uma mercadoria usada não só por órgãos públicos, mas também pelos privados. Essa lógica esportiva se associa ao meio educacional. O esporte dentro do sistema educacional passou/ passa por dois processos diferentes: a formação do atleta e a formação integral do indivíduo.

No início do século XX, o ideal da prática esportiva para crianças na escola e em clubes tinha ligação com a formação precoce de atletas e a busca por talentos, visando formar representantes da pátria ou homens fisicamente ativos, prontos para o trabalho. Questões presentes em inúmeras reflexões da sociologia e pedagogia do esporte nos dias de hoje, como a refutação à especialização precoce e a busca por promoção do bem-estar do aluno perante a prática, não eram temas frequentemente abordados. Há, hoje em dia, uma maior preocupação com a educação para o esporte, voltada a possibilitar a prática de forma interessante e prazerosa para a criança, buscando incorporá-la em seu estilo de vida, independente de ela se tornar atleta ou não. (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008, p.7)

Segundo Mascarenhas (2015), o sistema de competição que indicam para uma pirâmide esportiva está ausente do sistema educacional brasileiro quando comparado aos dizeres dos Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental e Médio e das Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica. Esta ausência existe porquê:

[...] o modelo do esporte de alto rendimento, opõe-se à consolidação dos valores ético-políticos perseguidos pela instituição escolar, desprezando todos os demais conteúdos da cultura corporal e acúmulo mais recente das formulações didático-metodológicas para o trato pedagógico do esporte. (MASCARENHAS, 2015, p. 39)

Mascarenhas (2015, p. 39) ainda afirma que:

[...] os objetivos da Educação Física devem ser os objetivos da escola e não de políticas e interesses transitórios e externos à sua realidade. [...] Deste modo, o esporte não pode ser confundido com Educação Física, mas deve ser compreendido apenas como um dos seus elementos, junto com a ginástica, o jogo, a dança, a luta, dentre outras práticas corporais produzidas pela humanidade.

Desta forma, o esporte dentro do sistema educacional, teoricamente, deve fugir à lógica do esporte de alto rendimento, que busca a seletividade e a hipercompetitividade. A escola deve ser responsável por oportunizar ao indivíduo o acesso ao conhecimento da Educação Física, ou seja, de todas as práticas corporais.

Lino Castellani Filho (2015, p.58) afirma que o Estado brasileiro esteve bastante presente nas questões relacionadas ao esporte através da organização social e política do país principalmente após a organização no modo de produção capitalista. É nesse contexto que os megaeventos são realizados, tornando-se, então, a expressão do desenvolvimento urbano e não uma política esportiva.

Castellani Filho (2015, p.58) afirma que “os megaeventos esportivos são menos resultado da articulação do campo esportivo brasileiro e manifestações de sua força e mais a conjugação de interesses de Governo centrados em uma determinada compreensão de desenvolvimento e de inserção protagônica do país do cenário mundial”.

Os megaeventos estão intrinsicamente ligados ao esporte de rendimento, tanto no que se refere a arrecadação de mercadorização dos produtos e “espetáculos” quanto as suas características institucionalizadas. A subordinação da Educação Física às políticas esportivas reafirma mais uma vez a falta de um projeto político pedagógico que permita que o aluno aprenda e seja formado integralmente.

Compreendido o processo em que o esporte e a Educação Física passaram, podemos começar a apontar o porquê as políticas públicas são criadas e como são realizados o financiamento das mesmas.

Com a evolução da economia e a partir das Revoluções Industriais o Estado passou a ter outras funções que não apenas defender o território. Segundo Linhales (1998, apud STAREPRAVO; SOUZA; JUNIOR; 2011, p. 238):

O Estado passa a se responsabilizar por outras questões sociais, garantindo que direitos e deveres sejam cumpridos. [...] Portanto, é o Estado, ou melhor, os agentes eleitos ou escolhidos para administrar o Estado, quem elaboram as políticas públicas para os mais variados setores. Estes, organizados em arranjos políticos, por sua vez, "interferem na seleção de prioridades para a alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos"

O novo papel do Estado possibilitou que políticas públicas fossem elaboradas para garantir o direito social de todo cidadão. Direitos esses que englobam o acesso à: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, esporte, etc. A partir desses direitos sociais são elaboradas as políticas públicas.

Como abordado anteriormente, o esporte passou por um processo de transformação e hoje vive sua fase contemporânea, em que se tornou uma mercadoria política. Nesse sentido, Starepravo, Souza e Junior (2011, p. 244) afirmam que:

[...] a repercussão midiática, simbólica e de propaganda do esporte de alto-rendimento parece influenciar as opções por políticas públicas voltadas a essa manifestação do esporte. Reproduz-se, de forma mimética, lógicas e valores do alto-rendimento no processo de definição de problemas, que repercutem em um objeto tão plural quanto o esporte. Em síntese, parece-nos que o esporte de alto-rendimento (um policy issues¹) tem maior apelo para gerar um policy cycles² do que outras manifestações do esporte.

O esporte espetáculo move, portanto, a elaboração das políticas públicas de esporte e lazer. Apesar de ser um direito de todo cidadão, Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015),

¹ Ou traduzindo livremente, uma questão que pode ou não ser tratada pelo Estado. (STAREPRAVO; SOUZA; JUNIOR, 2011, p. 244)

² Ciclos políticos. (STAREPRAVO; SOUZA; JUNIOR, 2011, p. 244)

afirmam que “historicamente o esporte e o lazer têm sido entendidos e tratados, tanto pelo Estado como pela sociedade, como direitos de segunda ordem”.

Linhaes (1996, apud ATHAYDE; MASCARENHAS; SALVADOR; 2015, p.121) afirma que:

[...] alguns setores acabam sendo priorizados em detrimento de outros, tanto em função de um ordenamento de prioridades sociais (uma política de saúde pode ser considerada mais urgente que uma política de esporte), quanto em função do potencial mobilizatório de cada setor (é mais provável que os setores organizados de uma população se mobilizem em torno de uma política salarial do que reivindicar espaços e estruturas de lazer)”.

Tais concepções e visões sobre o esporte puderam ser modificadas com a mudança de governo em 2002. Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo, com o governo Lula, podemos identificar o fortalecimento dos serviços sociais, e para isso vários programas foram criados.

Para que essas políticas e programas sejam concretizadas, o Estado deve financias-las, e esse financiamento pode ser realizado de duas formas distintas, direta e indiretamente. De acordo com Castro e Souza (2014), este investimento pode vir através do “financiamento orçamentário” (direta), e através do “financiamento extraorçamentário” (indireta). A forma direta de financiamento é aquele proveniente do Orçamento Geral da União, enquanto que a forma indireta são recursos adquiridos através de incentivos financeiros, concessão de benefícios, auxílios e subvenções sociais e de exonerações tributárias.

2.1.2 Financiamento das políticas de esporte e lazer

O financiamento orçamentário proveniente do OGU é estabelecido através do Plano Plurianual (PPA), das Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Segundo Castro e Souza (2014, p.2):

O PPA é o documento que tem como propósito definir os objetivos e as metas da ação pública para um período de quatro anos. Sua vigência começa no segundo ano de um mandato e termina no final do primeiro ano do mandato seguinte. Baseado no PPA, a LDO e a LOA são elaboradas. Ambos os documentos se referem a um período de um ano. A LDO é o documento que estabelece as metas e as prioridades na administração pública, direcionando a LOA. Já a LOA é o documento que estabelece as despesas que a administração pública está autorizada a realizar. Ela se configura como o orçamento propriamente dito e compreende o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento das Empresas Estatais. A LOA deve respeitar as diretrizes estabelecidas pela LDO, que por sua vez, precisa respeitar o PPA.

Todas as leis orçamentárias são de responsabilidade do poder Executivo que deve elaborar e encaminhar as propostas ao poder Legislativo, que é responsável pelo repasse das mesmas a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Sendo aprovada as leis seguem para as duas casas do Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados).

Após a aprovação das leis nas estâncias apresentadas, elas ainda podem sofrer algumas alterações de acordo com as necessidades. Desta forma as leis podem sofrer alterações por meio da liberação de créditos adicionais e/ou por meio de bloqueios orçamentários.

Os créditos adicionais são autorizações de despesas que não foram computadas ou que foram computadas de maneira insuficiente nas leis orçamentárias. Estes créditos podem ser classificados em: (1) suplementares, que se referem a um reforço da dotação orçamentária; (2) especiais, que se referem a despesas para as quais não houve dotação orçamentária específica; e (3) extraordinário, que se referem a despesas urgentes e imprevistas, como no caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. [...] Já os bloqueios se referem ao contingenciamento de dotações orçamentárias a fim de equilibrar a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos. Estes bloqueios são realizados pelo Poder Executivo. (CASTRO; SOUZA; 2014, p. 3)

Assim, os valores distribuídos aos setores podem ser alterados de acordo com a necessidade do Estado, seja ela afim de aumentar o investimento ou bloquear temporariamente a execução dessas despesas.

Para que o determinado setor receba o financiamento e repasse do governo federal é necessário que um órgão seja responsável pelo mesmo. Segundo o Palácio do Planalto (S/D), o Brasil possui 24 ministérios, dentre eles está o Ministério do Esporte. Segundo Brasil (Ministério do Esporte, S/D):

O Ministério do Esporte é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano.

Antes de possuir um Ministério próprio o esporte integrou outras divisões e departamentos. Em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, o esporte foi institucionalizado a partir da criação do Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Já em 1970, ainda vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, a divisão se transformou em Departamento de Educação Física e Desportos. Posteriormente, em 1978, o departamento se tornou uma Secretaria de Educação Física e Desporto.

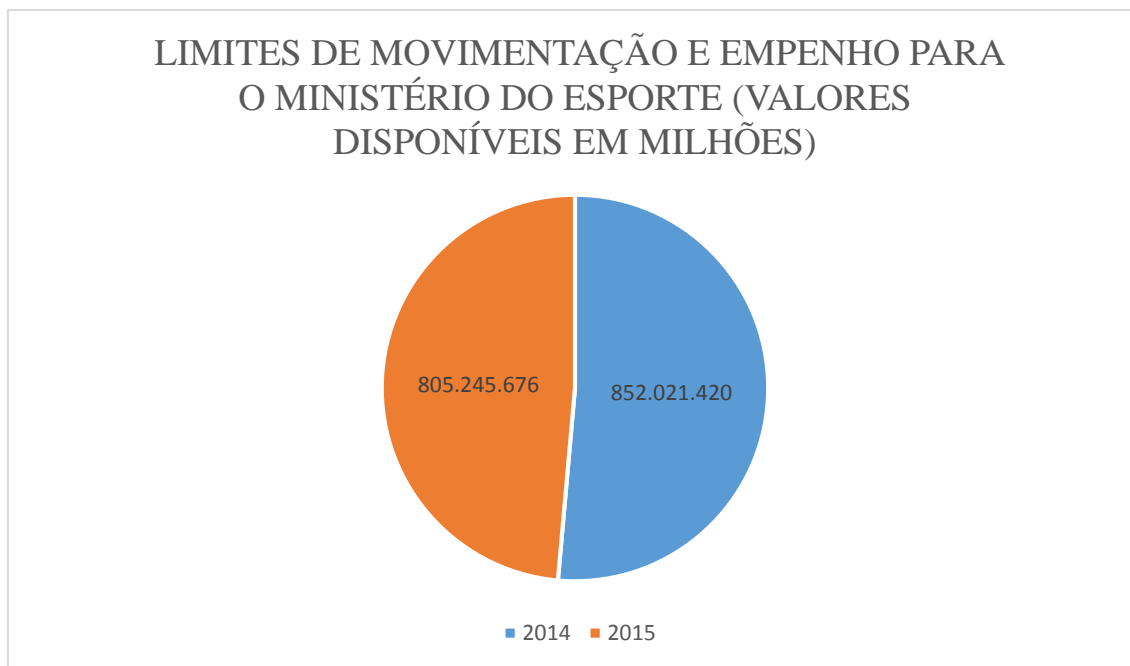
Em 1990, o então presidente Fernando Collor de Melo, desvinculou a Secretaria de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e deu a ela o nome de Secretaria de Desportos da Presidência da República. Após sair do governo, a Secretaria de Desporto voltou a ser vinculada ao Ministério da Educação. O presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1995, criou o Ministério Extraordinário do Esporte que recebia apoio administrativo da Secretaria do Desporto e do Ministério da Educação. Ainda no mesmo ano a secretaria foi transformada no Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP) e desmembrado do Ministério da Educação.

Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso o INDESP passou a ser vinculado ao novo órgão, Ministério do Esporte e Turismo, que fora criado em 1998. Dois anos após essa vinculação o INDESP foi extinto, dando lugar a Secretaria Nacional do Esporte. Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva foi eleito o novo presidente da república e no ano seguinte de seu mandato ele separou o Ministério do Esporte e Turismo, tendo então o esporte seu próprio ministério.

A criação de um Ministério único para o esporte foi importante para a realização de ações operativas relacionadas ao esporte de base, ao desenvolvimento do esporte, criação de leis que garantam o direito dos cidadãos de acesso ao esporte e ao lazer, além da arrecadação para a realização de políticas públicas de esporte e lazer e de megaeventos.

O ME recebe financiamento e capta recursos do governo federal para a execução de seus projetos. O Diário Oficial da União (DOU) disponibilizou nas portarias Nº 58 (21 de fevereiro de 2014) e Nº 168 (22 de maio de 2015) os seguintes limites de movimentação e empenho nos respectivos anos:

Gráfico 1: Limites de valores disponíveis de movimentação e empenho do Ministério do Esporte nos anos de 2014 e 2015.



Fonte: DOU, 2014-2015.

De acordo com o DOU esses limites de movimentação e empenho são despesas discricionárias. Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Secretaria de Orçamento Federal, essas despesas são aquelas que permitem ao gestor público flexibilidade quanto ao estabelecimento de seu montante, assim como quanto à oportunidade de sua execução, e são efetivamente as que concorrem para produção de bens e serviços públicos. (S/D)

Desta forma, os valores destinados ao ME são utilizados para a execução de alguns programas e ações. Segundo a web site do ME (www.esporte.gov.br) essa distribuição de dinheiro é destinada para os seguintes programas: Plano Brasil medalhas, rede nacional de treinamento, centro de iniciação ao esporte, bolsa atleta, segundo tempo, atleta na escola, esporte da escola, esporte e lazer da cidade, vida saudável, futebol feminino, sistema nacional do esporte, lei de incentivo ao esporte, diesporte 1ª e 2ª edição e estádio mais.

A regulamentação desses programas e ações se dão a partir da legislação brasileira. Seguindo esta linha, as competições universitárias também são financiadas e regulamentadas a partir da legislação. Tendo o JUB's como objeto de pesquisa é importante que as leis que regem o esporte, e principalmente o esporte universitário, sejam compreendidas.

2.1.3 A institucionalização das políticas de esporte e lazer

A história constitucional do esporte no Brasil se deu em vários momentos, tendo em algumas leis suas maiores regulamentações. Durante a história brasileira vários decretos foram importantes para o desenvolvimento e manutenção do esporte universitário. Assim, abordaremos os principais decretos que regulamentam essa manifestação esportiva. O primeiro decreto-lei que regulamentou o esporte foi sancionado em 1941 durante o governo de Getúlio Vargas. Em 14 de abril de 1941 o decreto-lei nº 3.199 estabelecia as bases do desporto em todo território nacional.

Dentre os artigos desta lei destacamos a criação do Conselho Nacional do Esporte (CNE) que seria responsável por orientar, fiscalizar e incentivar a prática do esporte. Em setembro do mesmo ano, entra em vigor a Lei nº 3.617 que institucionaliza a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), tornando-a responsável por gerir o esporte universitário em todo o Brasil e que teria federações atléticas acadêmicas de todo o país ligada a ela.

A lei que regulamenta o esporte universitário ainda decreta que as instituições de ensino superior devem criar praças esportivas para que seus alunos possam usufruir das mesmas, incentivando a prática esportiva. Além disso, fica instituído o Jogos Universitários Brasileiros (JUB's) como competição oficial e de responsabilidade da CBDU.

Em 1964³ os JUB's são considerados como uma atividade universitária regular segundo o decreto nº 54.215, de 27 de agosto. De acordo com o artigo 2 do decreto, “Caberá à Confederação Brasileira de Desportos Universitários a responsabilidade de atestar a participação dos atletas aos Jogos Universitários Brasileiros”.

Durante o período militar que ficou instaurado no Brasil de 1968 a 1985, uma nova lei foi decretada. A lei nº 6.251 foi decretada em 08 de outubro de 1975 e entre os principais artigos temos a definição de desporto, entendido como “atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo regras pré-estabelecidas”; a criação de uma Política Nacional de Educação Física e Desporto e, conseqüentemente do Plano Nacional de Educação Física e Desportos; instituiu também normas para as confederações, federações e clubes. Esta foi revogada e não está mais em vigor.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo de nº 217, institui que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um”

³ O ano de 1964 configurou-se como o início da ditadura militar no Brasil. Os militares ficaram no poder durante 21 anos, marcando a história brasileira com atos de censura e torturas.

(BRASIL). Desta forma, o acesso ao esporte se torna um direito de todo cidadão, sendo o Estado responsável por garantir esse direito e pela destinação de recursos financeiros que serão utilizados principalmente no desporto educacional.

A Lei Pelé, decretada em março de 1998, é aquela que atualmente regulamenta e classifica as manifestações do esporte. Anteriormente a essa, temos a Lei Zico (1993) que regulamentava o esporte, mas que foi revogada, sendo substituída pela Lei Pelé. Como dito anteriormente, o esporte passa a ser um direito do cidadão e, desta forma, este se baseia nos princípios: da soberania, da autonomia, da democratização, da liberdade, do direito social, da diferenciação, da identidade nacional, da educação, da qualidade, da descentralização de recursos, da segurança e da eficiência.

Segundo a Lei Pelé, o esporte é classificado de acordo com quatro manifestações: desporto educacional, desporto de alto rendimento, desporto de participação e desporto de formação. Desta forma, essas manifestações possuem as seguintes definições:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer; II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente; III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações. IV - desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição. (BRASIL, 1998).

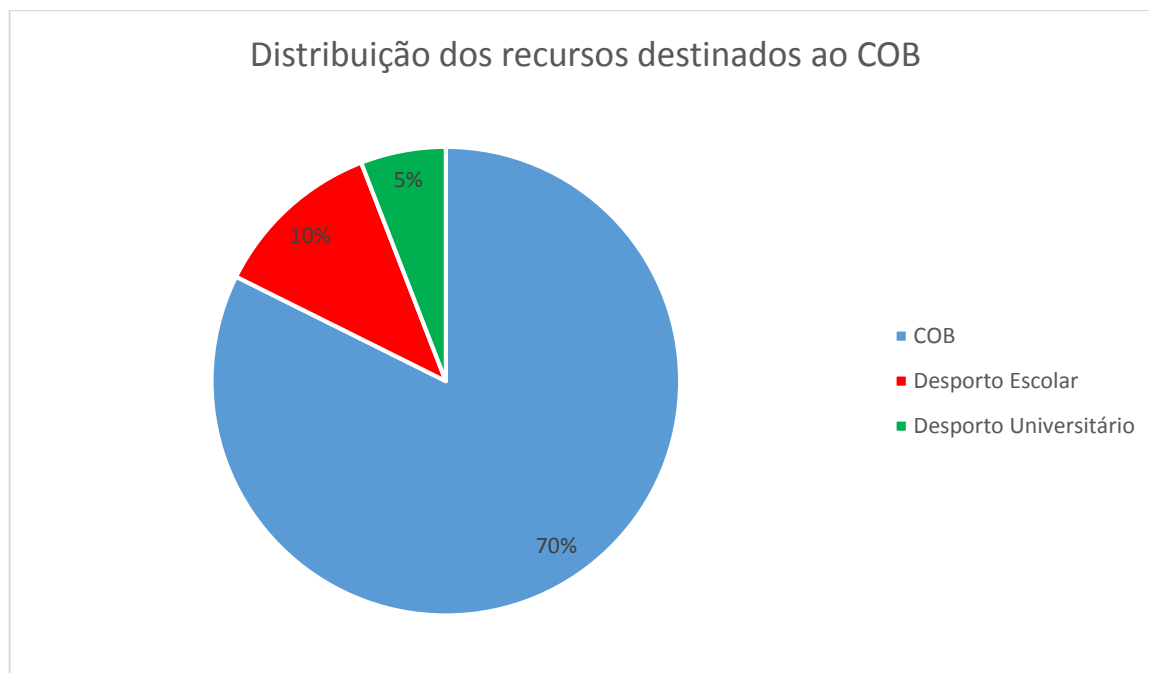
A partir da Lei Pelé, identificamos que as competições que acontecem dentro das escolas e para os estudantes, teoricamente devem seguir o que é proposto pela manifestação do desporto educacional. O esporte praticado nos sistemas de ensino possui caráter formador, no sentido de formar o indivíduo através do esporte e não para ele.

Seguindo com a retrospectiva das leis mais importantes para o esporte, em julho de 2001 foi sancionada a Lei Agnelo/Piva, acrescentada ao art. 56 da Lei no 9.615. Esta lei prevê que 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, será repassada ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Desses 2,7%, oitenta e cinco por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico

Brasileiro. Dos totais de recursos correspondentes aos percentuais, dez por cento deverão ser investidos em desporto escolar e cinco por cento, em desporto universitário. (BRASIL, 2001).

Desta forma, dos oitenta e cinco por cento destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro, dez por cento é destinado ao desporto escolar e quinze por cento para o desporto universitário como demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Distribuição dos recursos destinados ao COB através da Lei Agnelo/Piva.



Por fim, sancionada em dezembro de 2006, temos a lei de incentivo fiscal ao esporte (nº 11.438). Esta lei estimula que as pessoas e empresas patrocinem e façam doações para projetos de esporte ou paradesporto, estando em uma das três manifestações: educacional, participação ou rendimento. Uma pessoa deseja ser patrocinadora de algum projeto terá 6% deduzidos do imposto devido, ou seja, ao patrocinar ou doar o dinheiro para algum projeto a pessoa pode reduzir a base de cálculo do seu imposto, diminuindo o valor a pagar.

Compreendendo a importância de cada uma dessas leis e como elas regulamentam o esporte brasileiro, podemos afirmar que as competições universitárias, e principalmente o JUB's que é o enfoque desta pesquisa, são financiadas a partir das políticas públicas de esporte e lazer. A CBDU que é o órgão criado para regulamentar o esporte universitário no Brasil, é o responsável por captar esse dinheiro e realizar as competições nacionais (Liga Desportiva Universitária e Jogos Universitários Brasileiros) e subsidiar a participação dos atletas universitários brasileiros em campeonatos internacionais.

CAPÍTULO III

JOGOS UNIVERSITÁRIOS: ENTRE O ESPORTE EDUCACIONAL E DE ALTO RENDIMENTO

Este capítulo se propõe a apresentar os Jogos Universitários em todas suas esferas. Tendo os Jogos Universitários Brasileiros (JUB's) como objeto de pesquisa, realizarei um apanhado histórico da competição abordando como o evento era organizado e como se dá sua atual configuração. Além de abordar os fatos histórico, este capítulo apresenta dados quantitativos em relação ao dinheiro destinado a realização deste evento nacional, bem como a maneira em que esta competição é financiada a fim de compreender como o financiamento promove/ limita os jogos. Este capítulo também buscou compreender como o dinheiro arrecado influencia no tipo de esporte fomentado durante a competição.

Paralelamente a esta competição nacional, o financiamento dos Jogos Universitários de Goiás e o montante arrecadado pela Universidade Federal de Goiás para efetivar sua participação em competições universitárias, também serão demonstrados. Para além da descrição de valores e dados históricos, este capítulo também se compromete a problematizar os dados apresentados.

Apontamentos em relação às manifestações de esporte presentes durante a competição nacional, as dificuldades encontradas na realização e participação nas competições universitárias regionais e nacionais, os sistemas de competição e como isso interfere na participação das universidades, entre outros, serão abordados durante este capítulo que também se propõe a solucionar essas problematizações.

Para que essas questões pudessem ser identificadas e solucionadas utilizei como fonte: webs pages do Governo Federal, o regulamento geral dos JUB's, e as entrevistas realizadas com o coordenador de esporte e lazer da Universidade Federal de Goiás, o presidente da Federação Goiana de Desporto Universitário e o presidente da Confederação Brasileira de Desporto Universitário.

3.1 JOGOS UNIVERSITÁRIOS – DO REGIONAL AO NACIONAL

Os JUB's e as competições universitárias, em geral, não são eventos esportivos recentes. Alguns documentos datam que a primeira edição do JUB's, antes nomeado de Olimpíadas Universitárias, aconteceu em 1935 ainda sem nenhuma parceria ou investimento do governo federal (STAREPRAVO ET AL, 2010).

As primeiras federações universitárias estaduais surgiram antes mesmo da primeira edição do JUB's. As federações de São Paulo e Rio de Janeiro foram responsáveis por dar os primeiros passos junto ao esporte universitário, sendo que estas ficaram incumbidas de organizar as três primeiras edições das competições. (BORGES, BUONICORE, 2007).

Borges e Bounicore (2007) apontam, ainda, que durante o governo provisório de Getúlio Vargas em 1930, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. A partir desta criação foi elaborado o Estatuto das Universidades Brasileiras que promovia à organização dos alunos, o estabelecimento de um conselho técnico administrativo que fosse responsável por estimular a participação e criação de eventos sociais e/ou esportivos.

A criação deste Estatuto teria sido, então, fomentador da criação das Federações Estaduais do Desporto Universitário. Sendo assim, em 1939 com a participação de várias federações, foi realizada, no Rio de Janeiro, uma reunião que daria os seguimentos para os próximos passos que seriam tomados acerca do esporte universitário. Dentre as conclusões e apontamentos da reunião os mais importantes para o esporte universitário foram:

[...] a) Necessidade premente da fundação de uma entidade nacional de esportes que congregue todas as federações universitárias esportivas regionais já existentes e as que venham a ser fundadas; b) em princípio ficou deliberado que se fundaria uma Confederação Universitária Brasileira de Esportes, cujos estatutos e assuntos congêneres serão resolvidos definitivamente em Congresso Universitário Esportivo, a ser realizado na cidade de São Paulo, uma semana antes da abertura oficial da Segunda Olimpíada Universitária Brasileira; [...]e) notificar ao Congresso Nacional de Desportos a fundação desta entidade e dar a maior publicidade em torno dessa organização. (BORGES; BOUNICORE; 2007, p. 23).

Ainda em 1939 o I Congresso Brasileiro de Desporto Universitário foi realizado. Este evento foi de suma importância para os novos rumos que o esporte universitário estaria tomando. Neste Congresso foi criada a Confederação Universitária Brasileira de Esportes (CUBE), que seria, então, responsável por gerir as questões acerca do esporte. (BORGES; BOUNICORE; 2007)

Starepravo et al (2010) afirma que a grande mudança a partir da participação ativa do Estado se deu na década de 40 durante o governo de Getúlio Vargas quando foi aprovada a Lei nº 3.199/41. Esta lei estabelece as bases do desporto através do Congresso Nacional do Esporte. Em 1941 entra em vigor a Lei nº 3.617 que torna a CBDU a instituição responsável por gerir o esporte universitário; os JUB's foram instituídos como competições a serem realizadas; bem como apontamentos para organização das instituições de ensino e das entidades esportivas no que diz respeito ao esporte universitário.

Desta forma, mesmo que a CUBE tenha sido criada em 1939 no I Congresso Brasileiro de Desporto Universitário, apenas em 1940 que ela foi oficializada e passou a ser regulamentada pelo Estado, passando a se chamar CBDU. Segundo Borges e Bounicore (2007, p. 26):

[...] a CBDU passa ser o órgão máximo do desporto universitário e começa a realizar competições envolvendo estudantes universitários, tornando-se a representante brasileira junto à Federação Internacional de Esporte Universitário e organizando a participação do Brasil em competições internacionais.

Borges e Bounicore (2007) apresentam uma grande mudança na perspectiva de organização dos JUB's. Como exposto, de acordo com a Lei nº 3.199/41, dentro das instituições de ensino seriam criados os Centros Acadêmicos que também seriam responsáveis por gerir o esporte juntamente com a CBDU e as Federações Desportivas Universitárias (FDU). No entanto, em 1975, a partir da Lei nº 6.251, os Centros Acadêmicos foram retirados constitucionalmente de exercer esse papel.

Pensando nessa nova perspectiva e retirada dos Centros Acadêmicos, criam-se as Associações Atléticas que são designadas como “entidades básicas de organização no âmbito da instituição a que se vinculam, podendo ou não ser dirigidas por acadêmicos. Elas têm liberdade para organizar e promover competições acadêmicas”. (BORGES; BOUNICORE; 2007). Assim:

[...] As Federações Universitárias Estaduais passam a ser as responsáveis por todas as atividades desportivas universitárias praticadas nos estados e são filiadas à CBDU. Esta, por sua vez, é a responsável pela prática do Esporte Universitário em todo o território Nacional. (BORGES; BUONICORE; 2007, p. 27).

Seguindo o rumo dessas mudanças, os estados eram representados no JUB's a partir de uma seleção de atletas que compunham a delegação, sendo que somente em 1999 que as instituições de ensino superior passaram a serem os representantes.

A partir da regulamentação do esporte universitário o JUB's se tornou a maior competição universitária em âmbito nacional. Segundo Albuquerque (2003, apud STAREPRAVO ET AL, 2007) “os JUB's eram realizados de dois em dois anos, e após 1968 passaram a ser disputados anualmente”, como acontece atualmente.

Segundo o coordenador de esporte e lazer da UFG, em entrevista concedida, o JUB's tinha um formato diferente daquele apresentado atualmente. Até o ano de 2004, os Jogos eram realizados pela CBDU, os atletas ficavam alojados em universidades e escolas, as

competições aconteciam sempre no período de férias ou durante feriados prolongados, e não havia a separação de equipes em divisões, ou seja, todos jogavam entre si.

A partir de 2004, e durante dois ciclos olímpicos (2004-2013), o COB assumiu a realização dos jogos e reestruturou o modo de competição. O dinheiro era recebido através do Ministério do Esporte e repassado para a CBDU, no entanto o órgão executivo era o COB. Durante os dois ciclos olímpicos elevou-se o nível da competição. Os atletas deixaram de ficar alojados em escolas e hospedaram-se em hotéis, a exigência em termos de regulamento aumentou significativamente, a competição foi dividida em duas partes (modalidades individuais e coletivas), e diminuiu-se a quantidade de atletas devido ao custeio do evento. (Coordenador de esporte e lazer da UFG, entrevista concedida dia 31/10/2016)

A partir da edição do JUB's em que Goiânia foi a cidade sede, em 2013, a CBDU volta a ser o órgão organizador do evento. Apesar do COB não participar mais da organização do evento, percebemos que a estrutura por ele criada permaneceu e influenciou/influencia na atual gestão do evento.

O evento que antes tinha caráter mais participativo, hoje apresenta características bem seletivas. Antes da intervenção do COB na organização, durante o evento todas as equipes se enfrentavam independente da sua qualidade técnica. Atualmente o evento se configura através de divisões.

As modalidades coletivas são divididas em três divisões, sendo que em cada uma delas dois sobem para divisão acima e dois caem para a divisão abaixo. As divisões geralmente são compostas por oito equipes cada. Essas oito equipes são divididas em dois grupos (A e B) e, desta forma, todas se enfrentam realizando três jogos na primeira fase. Após a definição dos dois primeiros colocados de cada grupo, uma segunda etapa é realizada. Esta fase é realizada a partir do cruzamento dos grupos A e B, de forma que o 1º colocado da chave A enfrente o 2º colocado do grupo B, e o 1º colocado da chave B enfrente o 2º colocado do grupo A. **(Grifos meus)**

As equipes que vencem esse confronto se enfrentam em uma final que define o campeão, enquanto as outras duas equipes disputam o terceiro lugar. Após a finalização dos jogos, as equipes são classificadas em um ranking em cada divisão, que é definido pelo número de vitórias e saldo de gols. Os dois primeiros colocados de cada divisão, exceto da 1ª divisão, se classificam para divisão acima, enquanto que as duas últimas equipes descem para divisão abaixo. **(Grifos meus)**

Segundo o coordenador de esporte e lazer da UFG, a partir dessa nova configuração, o evento “acaba equiparando o nível técnico e tendo jogos mais páreos e menos humilhantes, vamos dizer assim, no ponto de vista técnico”. No entanto, ele ainda vê existência de um impasse nessa configuração:

[...] se o esporte é... tá no meio de uma instituição de ensino, ele tem que assumir características educacionais, e uma das características mais importantes que eu vejo no esporte educacional é a questão da inclusão, da socialização, da integração das pessoas que participam nesse evento. (Coordenador de esporte e lazer da UFG, entrevista concedida dia 31/10/2016)

A partir disso, compreendemos que a divisão das equipes acaba prejudicando a integração e a socialização dos participantes. As equipes que estão na primeira divisão sempre enfrentarão os mesmos adversários devido ao alto nível competitivo. Desta forma, e para atender as solicitações e significados do desporto educacional, julgamos necessária uma avaliação no modo de competição.

O professor e coordenador de esporte e lazer da UFG sugeriu que:

“poderia se fazer um tipo de sistema que iria usar o mesmo número de quadras, iria utilizar os mesmos árbitros, e talvez, até mesmo o mesmo número de jogos. E principalmente garantir que todo mundo jogasse até o final” (Coordenador de esporte e lazer da UFG, entrevista concedida dia 31/10/2016)

A utilização de um sistema de eliminatória duplo, possivelmente conseguiria atender a essa demanda e modificar e proporcionar maior integração entre os participantes.

De acordo com o coordenador de esporte e lazer da UFG esse tipo de sistema da atual configuração do JUB's é muito negativo e exemplifica o porquê durante entrevista concedida:

[...] o pessoal do Acre, de Rondônia, da outra vez foram pra Curitiba lá, gastaram 40 horas de... 40 horas não, 38 horas de ônibus. Chegaram lá caíram em uma chave de três. Eles jogaram no dia que chegaram, aliás, no um dia depois que chegaram e no outro dia. E no final do outro dia eles já sabiam que estavam fora e então eles tinham que sair do hotel no dia seguinte, ou seja, eles gastaram três dias de viagem, ficaram no local dois dias e meio e já tinha que voltar. (Coordenador de esporte e lazer da UFG, entrevista concedida dia 31/10/2016)

Esse tipo de sistema de competição acaba segregando e desmotivando a participação das universidades que não possuem uma política de esporte ou o investimento que algumas universidades privadas possuem. Desta forma, um sistema que possibilite que todos joguem até o final da competição evitaria que situações como a descrita acima voltassem a acontecer, além de fortalecer o caráter educacional de formação e integração dos participantes.

Como dito anteriormente, o esporte passa por diversas modificações ao longo do tempo, até o momento em que conceitualmente o esporte educacional deve ser praticado dentro das instituições de ensino. Por esporte educacional, de acordo com a Lei Pelé, entendemos que este deve evitar a seletividade e hipercompetitividade, e tem como finalidade alcançar o desenvolvimento integral do estudante.

Neste sentido, a partir do regulamento geral das edições de Aracaju e Uberlândia compreendemos que, conceitualmente, os JUB's conseguem alcançar um dos objetivos propostos pela Comissão Organizadora do evento e, simultaneamente, pela Lei Pelé. Segundo o "Título I, capítulo III", artigo terceiro do regulamento geral, o JUB's tem como objetivos:

- a) Fomentar a prática do esporte universitário com fins educativos e competitivos;
- b) Possibilitar a identificação de talentos desportivos nas IES para o cenário esportivo nacional e internacional;
- c) Desenvolver o intercâmbio sociocultural e desportivo entre os participantes;
- d) Promover o conagraçamento dos universitários brasileiros, estimulando a prática do esporte, visando o desenvolvimento da personalidade integral do jovem;
- e) Contribuir para o desenvolvimento integral do(a) aluno(a)-atleta como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania através do esporte." (Regulamento Geral JUB's, 2014 e 2015, p. 07)

Apesar de apresentar essa concepção de esporte em seu regulamento geral, a CBDU, de acordo com o presidente eleito em seu primeiro mandato em 2005, tem como objetivo servir de plataforma para três pilares: o primeiro que é o principal e que dá maior visibilidade, é a plataforma de fomento ao desporto de alto rendimento; a plataforma de formação educacional e social; e por fim, a formação do atleta que não teve a oportunidade de estudar.

Ao abordar que o principal pilar da CBDU é o fomento do esporte de alto rendimento, podemos pontuar algumas problemáticas. Levando em consideração que as participantes das competições organizadas pela CBDU são Universidades e que por lei elas deveriam fomentar o desporto, por que o JUB's tem como principal pilar o esporte de alto rendimento? Se em seu regulamento geral, a competição tem como objetivo estimular a prática do esporte e formar o indivíduo através do esporte, seria possível conseguir alcançá-los fomentando o esporte de alto rendimento o qual é um ambiente de segregação e não de inclusão?

Segundo a Lei Pelé por esporte de rendimento entendemos que ele tem como finalidade "obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações". O objetivo do JUB's seria, então, formar indivíduos através do esporte ou forma-los para o esporte? Os participantes das competições são universitários atletas ou atletas universitários?

É nítido durante as competições, que as universidades privadas se sobressaem quando comparadas as universidades públicas. Segundo o Coordenador de Esporte e Lazer (CEL) da Universidade Federal de Goiás (UFG), a competição em seu formato antigo, atingia um número maior de universidades e de atletas, e dessa forma, as equipes jogavam mais jogos e o evento tinha caráter de participação e de integração. Já atualmente, ele entende que o evento diminuiu a quantidade de atletas inscritos, aumentou o número de comodidades, em relação aos hotéis, aumentou a exigência técnica e de regulamentação da competição, e acabou separando as equipes, inviabilizando, talvez, a socialização. (Coordenador de esporte e lazer da UFG, entrevista concedida dia 31/10/2016)

O presidente da Federação Goiana de Desporto Universitário (FGDU), ressalta que o JUBs é uma competição de alto rendimento, em que times são patrocinados por universidades privadas. Deste modo a competição acaba levando os melhores times e melhores atletas, o que torna o evento seletivo. (Presidente da Federação Goiana de Desporto Universitário, entrevista concedida em 05/11/2016)

Nessa perspectiva, quando uma universidade pública chega a enfrentar uma universidade privada em campeonatos nacionais, ela dificilmente consegue obter resultados positivos, justamente pelo fato de serem equipes formadas após o ingresso nas instituições e não o contrário como acontece com faculdades particulares – nessas instituições privadas, os estudantes são antes de tudo um atleta carregando o nome de uma instituição. A realidade das universidades é bem diferente.

Enquanto os times que fazem acordos com as universidades privadas treinam profissionalmente, e muitas vezes recebem para treinar, as universidades públicas realizam poucos treinamentos por semana, ou tantas vezes em que os próprios alunos se organizam às vésperas para disputar um campeonato.

O coordenador da CEL da UFG relatou a existência de três pilares que dificultam a participação da mesma em campeonatos: o financiamento dessa participação, a contratação de profissionais capacitados e que queiram trabalhar com esporte universitário e os próprios estudantes que, na maioria das vezes, não querem e não tem condições de participar de treinamentos e campeonatos devido as suas realidades sociais. (Coordenador de esporte e lazer da UFG, entrevista concedida dia 31/10/2016)

Essa luta com os estudantes das universidades públicas acontece, na maioria das vezes, devido a dois motivos: O primeiro motivo deles porque existem mais universitários atletas do que atletas universitários - isso significa que esses universitários estão na universidade

pensando em sua formação profissional e vêem o esporte apenas como *robbie*, o que é bastante diferente de universidades privadas, em que atletas conseguem bolsas de estudo justamente porque participam de competições. O último motivo se dá justamente em função desses atletas universitários. Quando universitários atletas ficam sabendo do nível competitivo, acabam desistindo da participação. Em entrevista concedida, o coordenador da CEL, relatou que:

Teve uma modalidade por exemplo que há alguns anos atrás, nós tínhamos o treinador, é.. Tinha os material, pagamos a inscrição e a equipe não quis participar de uma competição universitária aí, porque tinha outra reconhecidamente superior, que participava de liga nacional. (Coordenador de esporte e lazer da UFG, entrevista concedida dia 31/10/2016)

A realidade superior de outras equipes e estados acaba assustando e provocando o desinteresse dos alunos. Segundo o presidente da FGDU a maior dificuldade encontrada na realização de um evento universitário no estado de Goiás é justamente a participação das universidades. Para ele, as universidades ainda não compreenderam a dimensão do esporte universitário, e muito menos sua importância. Ele destaca, ainda, que estados como São Paulo e Santa Catarina, que possuem um trabalho longo de investimento no esporte universitário, conseguem alcançar inúmeros resultados positivos no cenário nacional. (Presidente da Federação Goiana de Desporto Universitário, entrevista concedida em 05/11/2016)

Relacionando esses dois motivos, podemos entender o porquê da não adesão de algumas faculdades nos Jogos Universitários do estado de Goiás. Os alunos que compõem as equipes se distanciam por priorizar os estudos e se sentem inferiores aos times que possuem parceria com alguma universidade, e em contrapartida as instituições não compreendem a importância de uma política esportiva e não dão suporte para seus alunos participarem.

O presidente da FGDU afirma que nos Jogos Universitários de Goiás percebe-se que vários atletas não recebem apoio da universidade que estudam. Desta forma os atletas pagam suas próprias inscrições e representam a instituição, mesma que a mesma não tenha dado suporte algum (Presidente da Federação Goiana de Desporto Universitário, entrevista concedida em 05/11/2016).

Diferentemente da UFG, algumas universidades não possuem uma coordenação e muito menos uma política institucional de esporte e lazer, o que dificulta a participação e o acesso dos alunos as competições regionais e nacionais, bem como ao esporte enquanto lazer.

Segundo o coordenador de esporte e lazer da UFG, a coordenação foi criada em 2009 e desde então algumas ações são tomadas para que toda a comunidade universitária da

instituição tenha acesso ao esporte e lazer como é previsto por lei. Segundo Costa (2016, p. 2), dentre as práticas oferecidas pela CEL estão:

[...] as equipes (modalidades coletivas e individuais) representativas, a Volta da UFG, a academia para a comunidade universitária, os festivais esportivos, as “peladas” dirigidas e a disponibilização da quadra poliesportiva para reserva de horários para os alunos e servidores da universidade.

Para que essas ações sejam concretizadas, a Coordenação de Esporte e Lazer constrói um plano de trabalho anualmente, que irá captar e distribuir um valor X de dinheiro que será utilizado para:

[...] pagamento de inscrição pras várias competições oficiais universitárias; pagamentos de arbitragens; pagamentos de compra de matérias como camisas, bolas, redes, bombas, cones e essas coisas para a prática esportiva; assim como está previsto também uma parte destes recursos para o pagamento de viagens, aluguel de ônibus, pagamento de passagens e essas coisas. (Coordenador de esporte e lazer da UFG, entrevista concedida dia 31/10/2016)

A coordenação de esporte e lazer possui três formas de captação desse dinheiro:

Nós temos os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, nós temos os recursos do Tesouro da Universidade, ou seja, do orçamento da Universidade, e nós temos os recursos advindos de doações e de captações feitas pela própria FUNAPE. (Coordenador de esporte e lazer da UFG, entrevista concedida dia 31/10/2016)

Segundo o coordenador de esporte e lazer da UFG, o valor arrecadado para realização dessas ações aumentou consideravelmente ao longo dos anos. O plano de trabalho da UFG:

[...] começou com 18 mil reais em 2009, aí já em 2010 nós conseguimos elevar para setenta e poucos mil, e de lá pra cá a gente tem tido aumentos mais significativos. De 2014 pra cá, a gente está estacionado, vamos dizer assim, na faixa de uns 400, entre uns 400 e 500 mil reais. (Coordenador de esporte e lazer da UFG, entrevista concedida dia 31/10/2016)

A concretização das ações propostas pela CEL da UFG fez com que o montante arrecadado anualmente aumentasse e possibilitasse que as equipes representativas obtivessem melhores resultados em competições regionais e nacionais, além de possibilitar que a comunidade universitária tivesse acesso as práticas de esporte e lazer.

Ainda segundo o regulamento geral do JUB's, Título II Capítulo II, que fala das responsabilidades do Comitê Organizador da Etapa Nacional, apresentamos que a CBDU deve:

Responsabilizar-se com o pagamento das seguintes despesas com recursos da Lei Agnelo/Piva, e depois prestar contas dentro do prazo legal: **f.1)** Hospedagem e alimentação durante a realização dos JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS – JUBs 2015 dos componentes das delegações inscritas na competição, bem como, do pessoal do Comitê Organizador, STJDU (Tribunal Pleno e Comissão Disciplinar) e Arbitragem; **f.2)** Recursos Materiais necessários para o evento, solicitados pelo Comitê Organizador; **f.3)** Transporte do Comitê Organizador, STJDU (Tribunal Pleno e Comissão Disciplinar) e Arbitragem de seus estados até a cidade sede e retorno após o término das suas funções; (REGULAMENTO GERAL JUB'S, 2014 E 2015, p. 09) (Grifo nosso).

O JUB's então é financiado através da Lei Agnelo/Piva e do apoio conseguido com as cidades sedes. Em entrevista realizada com o presidente da CBDU, durante o JUB's 2016, relatou que a CBDU possui um acordo com o COB:

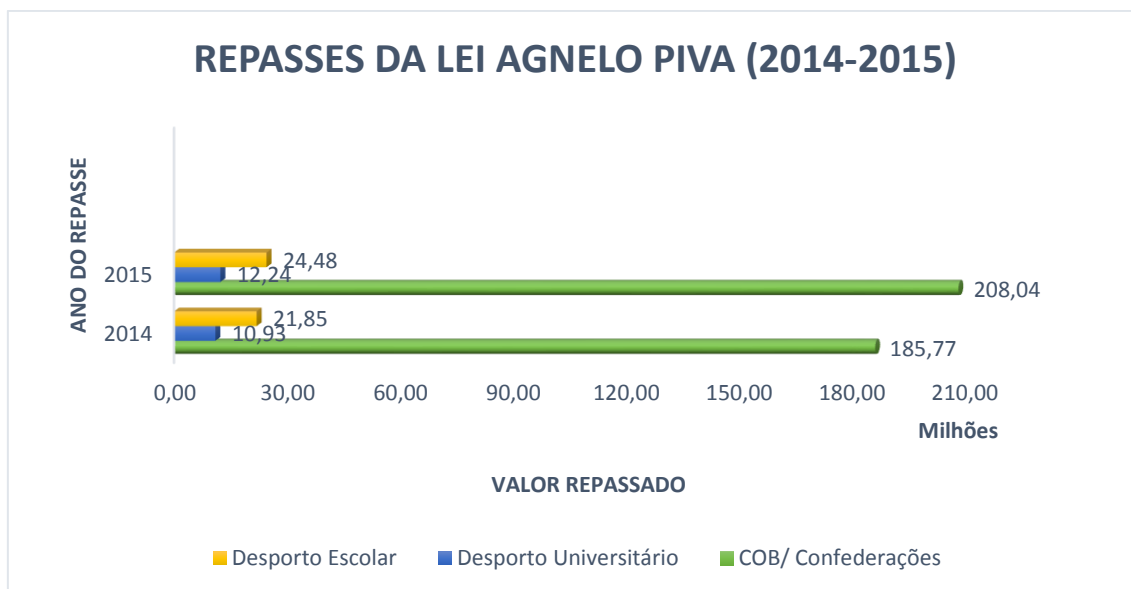
[...] o acordo que a gente tem com o comitê olímpico brasileiro é que parte desses recursos, a maior parte, que seria 50%. Na verdade, ali seria no mínimo 50%, seria aplicado no Jogos Universitários Nacionais, mas a gente gasta mais de 50%. A gente gasta aí quase 60, 70% desses recursos no JUBs que é o principal evento da CBDU. Então o JUBs é 100% financiado pelos recursos da Lei Agnelo Piva. (Presidente da CBDU, entrevista concedida dia 06/11/2016)

Para que os JUBs sejam realizado com excelência, o presidente da CBDU afirma que existe uma contrapartida da cidade escolhida como sede do evento. Enquanto a CBDU é responsável por todas as despesas acima descritas, a cidade sede possui outras responsabilidades.

As cidades que se candidatam para sediar o JUBs, assumi a responsabilidade de arcar com algumas despesas. Entre essas despesas, quais são: a cerimônia de abertura é responsabilidade da cidade sede; o transporte interno das delegações, que é o transporte de hotel/local de competição/alimentação/hotel, esse traslado; os serviços médicos; e também, é responsabilidade da cidade sede entregar os locais de competição sem custos para a CBDU, ou seja, sem aluguel. Se tiver uma locação de um ginásio, a locação de um centro de convenções, por exemplo, para montar quadras, é responsabilidade da sede e não da CBDU. (Presidente da CBDU, entrevista concedida dia 06/11/2016)

Segundo o COB e a partir dos repasses da Lei Agnelo Piva, os montantes arrecadados em 2014 e 2015 foram:

Gráfico 3: Valores dos repasses da Lei Agnelo Piva nos anos de 2014 e 2015.



Fonte: COB, 2014-2015.

Do valor total repassado para o esporte universitário, apenas uma parte foi executada, como é mostrada no gráfico abaixo, também nos anos de 2014 e 2015:

Gráfico 4: Valores repassados e executados a partir da Lei Agnelo Piva nos anos de 2014 e 2015.



Fonte: COB, 2014-2015.

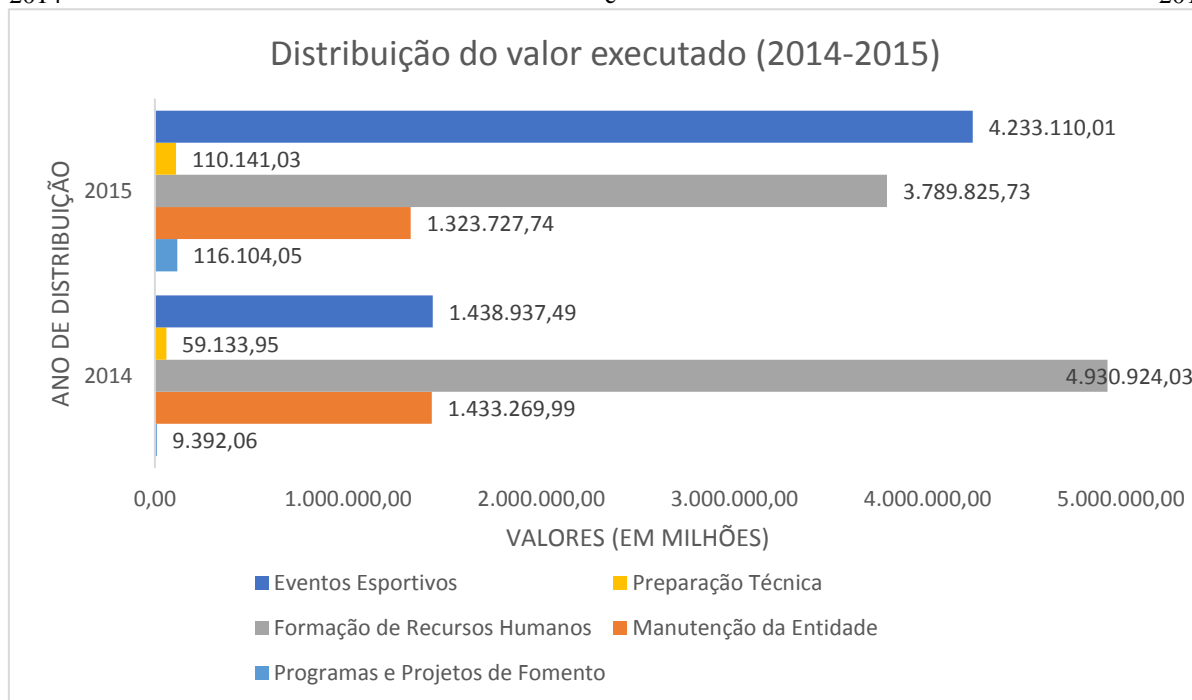
De acordo com o gráfico acima (gráfico 4), percebemos que os valores repassados não equivalem aos valores executados, sendo contabilizados, nos dois anos, R\$5.720.410,42

milhões de reais não utilizados. Com relação aos valores repassados e executados pelo desporto universitário entre os anos de 2014 e 2015, ambos sofreram um acréscimo de 2 milhões de reais aumentando consideravelmente a distribuição desse dinheiro para a realização de eventos, que teve uma variação de R\$ 2.794.840,02 de um ano para o outro (gráfico 5).

Os valores que são repassados dependem de uma burocracia bem como dos interesses da gestão, e desta forma o valor executado não equivale ao repassado. O dinheiro que não foi utilizado e executado pelo órgão receptor, no caso a CBDU, retorna para o Governo Federal ao final do ano, mais precisamente na virada do ano.

Deste valor executado, o montante é distribuído entre: Programas e Projetos de fomento, manutenção da entidade, formação de recursos humanos, preparação técnica e realização de eventos esportivos. Durante os anos de 2014 e 2015, esses valores foram distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 5: Distribuição dos valores executados no esporte universitário a partir da Lei Agnelo Piva nos anos de 2014 e 2015.



Fonte: COB, 2014-2015.

O JUB's, então, é um evento 100% financiado através da Lei Agnelo Piva, e que possuiu o apoio de transporte e estrutura esportiva da cidade sede. Buscando fomentar as competições universitárias que antes se resumia ao JUB's, a CBDU cria a Liga do Desporto Universitário (LDU), que possui suas fases regionais e posteriormente a fase final. A LDU é

uma competição que acontece durante todo o ano e possui algumas modalidades diferentes daquelas presentes no JUB's. Modalidades como rugby, lutas, futebol de 7 e futebol de campo integram e fazem parte do calendário universitário anual.

Segundo o presidente da CBDU, todas as outras competições universitárias que não o JUB's são chamadas de LDU. Essa competição é financiada através da Lei de Incentivo Fiscal ao esporte. Desta forma, existem parceiros como o banco Itaú, Motilex e Comgas, que financiam essa competição. Além desse financiamento, em toda competição da CBDU o atleta arca com o pagamento de uma taxa de inscrição no valor de R\$ 85,00 reais. (Presidente da CBDU, entrevista concedida em 06/11/2016).

Em cada evento da CBDU o atleta paga uma taxa de 85,00 reais, que é uma taxa de admissão. Esse valor é o valor que chega à CBDU. As federações têm autonomia de cobrar o valor que quiser desde que os 85,00 reais sejam pagos a CBDU. Esse valor é um valor que é bem pequeno, mas ele gera uma quantidade pequena de recursos próprios que não são necessárias para que a gente possa manter, e inclusive utilizar recursos públicos. Vou te dar um exemplo: quando você tem um convenio com recursos públicos e você vai pagar uma taxa mesmo que seja uma taxa de localização, uma taxa de luz ou um aluguel, se você não pagar no dia e tiver juros e multas, juros e multas não podem ser pagos com recursos públicos, tem que ser pago com recursos próprios. Então esse valor que é um valor pequeno, ele num evento por exemplo como o JUBs, que é um evento que gasta-se aí quase 8 milhões, esse valor é arrecadado para pagar as despesas que você não pode pagar com recursos de convenio. (Presidente da CBDU, entrevista concedida dia 06/11/2016)

Portanto, além do dinheiro arrecadado através da Lei Agnelo Piva e da Lei de Incentivo Fiscal ao esporte, a CBDU capta recursos da taxa de inscrição de todos os campeonatos universitários oferecidos durante todo o ano.

A nível regional, o pagamento das taxas de inscrições é realizado pelas universidades ou pelos próprios os estudantes, para que suas participações nas competições universitárias realizadas pela FGDU sejam efetivadas. Os valores cobrados geralmente não são semelhantes, variando em cada evento realizado. Segundo o coordenador de esporte e lazer da UFG, nos Jogos Universitários de Goiás a taxa de inscrição foi de R\$ 90,00 reais e a FGDU cobrou R\$ 150,00 reais para efetivar a participação dos estudantes do JUB's. (Coordenador de esporte e lazer da UFG, entrevista concedida dia 31/10/2016)

Segundo o presidente da CBDU, para cada competição nacional o estudante deve pagar R\$ 85,00 reais para participar dos Jogos. Na fala do coordenador de esporte e lazer da UFG percebemos que o valor cobrado na inscrição de cada estudante pela FGDU, neste ano, aumenta em R\$ 65,00 reais. O aumento deste valor é justificado através da confecção de

camisas que seriam entregues para toda a delegação do estado de Goiás que fosse para os JUB's.

Levando em conta que uma camisa sofre variação de R\$ 20,00 a R\$ 35,00 reais para que seja confeccionada, o que é realizado com o restante desse dinheiro? O presidente da FGDU afirmou anteriormente que se entristece quando vê estudantes pagando suas próprias inscrições para participarem nos eventos regionais. Se com o valor de R\$ 90,00 reais, vários estudantes ficam sem participar, por que cobrar uma taxa maior do que a CBDU recebe?

Ações como essas dificultam a participação dos estudantes em campeonatos regionais e nacionais. A contradição durante a fala nos mostra que, talvez, a preocupação principal não seja a de proporcionar que todos os estudantes tenham acesso à competição, mas sim a arrecadação proporcionada com o dinheiro das inscrições.

Para além do financiamento, existem outras dificuldades que são encontradas na realização de um evento universitário como o JUB's. Para o presidente da CBDU, a maior dificuldade, atualmente, é encontrar cidades e apoio do governo local.

Hoje a maior dificuldade é encontrar cidades com capacidade técnica e estrutura para receber um evento desse tamanho e condições e disposição do governo de arcar com a contrapartida. [...] É necessário que a gente encontre parceiros, os estados, que tenham essa capacidade orçamentária de receber esse evento. Então a gente tá sempre buscando uma equação financeira que viabilize o JUB's em todo o Brasil. (Presidente da CBDU, entrevista concedida dia 06/11/2016)

Apesar de tentar viabilizar o JUB's em todo o Brasil, o presidente da CBDU entende que, infelizmente, essa afirmativa não é verdadeira. Segundo ele, não é possível realizar o evento em algumas cidades “por serem muito pequenas, terem pouca estrutura esportiva, outras por não terem capacidade hoteleira, e outras por serem grandes demais e terem um movimento turístico tão grande que inviabiliza a realização de um evento como o JUB's”. (Presidente da CBDU, entrevista concedida em 06/11/2016)

É nesse contexto que o JUB's se torna o maior evento esportivo universitário do Brasil. O montante arrecado para a realização deste evento gira, hoje, em torno de 8 milhões de reais. Além de sua grandeza no que diz respeito a estrutura, o evento reúne cerca de 4.500 participantes de todos os lugares do Brasil. Pensando nisso vários são os desafios para que o evento seja realizado, e o principal deles é a escolha de cidades sede.

Enquanto o JUB's tem financiamento atual em cerca de 8 milhões de reais, os JUG's possuem uma realidade bem diferente. Segundo o presidente da FGDU, o JUG's:

[...] tem uma previsão de receita de entorno de 23 mil reais, de receita. E a despesa dela, do JUG's, porque a arbitragem é mais cara e mais complicada, sai em torno de 25 e 26 mil. [...] Se você colocar no papel, dá em torno desse valor, mas se você tem um ginásio que você não precisa pagar, você tem várias outras ações que não precisam ter gastos, e a você consegue realizar os jogos com excelência. Mas a arrecadação do JUG's, hoje, fica na faixa de 23 mil reais. (Presidente da Federação Goiana de Desporto Universitário, entrevista concedida em 05/11/2016)

O financiamento dos JUG's provém de duas fontes: pagamento de inscrições pelas universidades e do apoio do estado de Goiás. Segundo o presidente da FGDU, as competições universitárias no estado contam com a participação de cerca de 13 universidades, o que é muito pouco levando em consideração que existe um universo com cerca de 100 polos de Instituição de Ensino Superior. (Presidente da Federação Goiana de Desporto Universitário, entrevista concedida em 05/11/2016)

A não adesão de um universo maior das instituições acaba influenciando na quantidade de dinheiro arrecadado e conseqüentemente no investimento e qualidade do evento. As proporções de investimento entre JUG's e JUB's permitem que uma análise seja realizada. Enquanto o JUB's é financiado pelo Governo Federal, o JUG's é financiado através do pagamento de inscrições, ou seja, todos os anos têm-se a certeza de que o Governo Federal repassará um montante para CBDU realizar os jogos, enquanto que a FGDU fica à mercê da participação das universidades e do governo estado de Goiás.

Nessa perspectiva, a FGDU poderia pensar em alguma forma de conseguir o financiamento através do governo do estado de Goiás para realizar o JUG's. Se concretizado, esse financiamento poderia diminuir o valor cobrado na taxa de inscrição e conseqüentemente poderia possibilitar a participação de um número maior de universidades e estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esporte é uma manifestação sócio-histórica. Essa manifestação sempre esteve ligada a uma série de interesses que geralmente permeavam a esfera política. Durante muito tempo o esporte foi usado para disciplinar e higienizar e população que se via a mercê da precarização das condições de vida.

Em uma outra fase o esporte passou a configurar-se como mercadoria. O esporte não estaria mais se preocupando com a disciplinarização da população, mas sim com a arrecadação realizada a partir do mesmo. A série de megaeventos (Jogos Olímpicos, Pan Americanos, Copa do Mundo, etc.) que são realizados em determinados períodos são políticas de interesse. Isso significa dizer que esses megaeventos não acontecem apenas para fomentar o esporte enquanto uma manifestação cultural, mas sim para atender algumas demandas políticas como o desenvolvimento urbano e a arrecadação de dinheiro.

As políticas públicas de esporte e lazer surgem para garantir o direito constitucional de todo cidadão, no entanto acaba atendendo a lógica esportiva de alto rendimento. Nesse sentido ao longo da história constitucional brasileira, algumas leis foram sancionadas para garantir recursos e principalmente para criação de programas voltados para o esporte e lazer.

O dinheiro destinado para o cumprimento destas leis e programas é feito a partir de um repasse do Governo Federal para o Ministério do Esporte. Quando esse dinheiro chega até o Ministério ele é redistribuído para os programas de esporte e lazer, que englobam tanto o esporte de alto rendimento como o esporte enquanto uma manifestação de lazer e educacional. Sendo o financiamento de competições universitárias, especificamente o JUB's em 2014 e 2015, o objeto dessa pesquisa, algumas questões foram pontuadas.

O JUB's é o maior evento esportivo universitário em âmbito nacional e sofreu uma série de modificações ao longo do tempo. Sua antiga configuração permitia integração entre os estudantes participantes e que todos se enfrentassem sem dividir a competição e divisões e duas etapas. Após a entrada do Comitê Olímpico na organização do evento, algumas mudanças ocorreram na configuração dos Jogos. Apesar de melhorar em termos estruturais (hospedagem, alimentação, transporte, etc.) a nova organização acabou aumentando a seletividade e a competitividade dentro da competição.

Essa nova formatação em que os JUB's se encontram tem como principal pilar a fomentação do esporte de rendimento, e a partir disso uma série de problematizações começaram a surgir. Segundo a Lei Pelé, o desporto educacional deve ser praticado em todas

as instituições de ensino, e deve contribuir com a formação de cada indivíduo através do esporte.

Desta maneira, o JUB's, enquanto uma competição universitária oferecida para universidades de todo o Brasil, deveria ter como principal pilar o desenvolvimento da formação integral dos participantes, além de evitar a seletividade e competitividade. Essa lógica esportiva também está presente nos Jogos Universitários de Goiás. Apesar de serem eventos de grandezas diferentes, as duas competições fomentam o esporte de rendimento, possuem dificuldades para a realização das competições, contribuem com a seletividade, apresentam grande diferenciação entre universidades públicas e privadas, além dos problemas encontrados em termos financeiros.

Enquanto o financiamento do JUB's é feito através do Governo Federal e gira em torno de 8 milhões, o JUG's é financiado, principalmente, através do pagamento das inscrições pelas universidades e do apoio do estado de Goiás, e sua receita gira em torno de 23 mil reais.

A nível nacional, a dificuldade encontrada é a seleção da cidade sede. O JUB's hoje é um megaevento esportivo que precisa de uma grande estrutura para suportar a competição e ser realizado com excelência. Infelizmente, esse obstáculo encontrado é complicado de ser solucionado, e isso se dá pela grandeza do evento. A cada ano a CBDU se compromete a realizar um evento melhor do que o ano anterior, e por isso a maioria das cidades não são capazes de comportar esse evento, não permitindo, assim, que a competição seja realizada em vários estados do Brasil.

A principal dificuldade encontrada para a viabilização das universidades nos JUG's poderia ser resolvida se a FGDU conseguisse um apoio maior e financiamento do estado de Goiás. Os estudantes não participam por não terem condições financeiras e nem apoio de sua instituição de ensino, e desta forma a partir de um financiamento do governo estadual essas taxas de inscrições poderiam ser diminuídas e conseqüentemente aumentar o número de participantes e a grandeza do evento.

Enquanto instituição outras dificuldades são encontradas. A UFG, por exemplo, possui três dificuldades: o financiamento, a escolha de profissionais que queiram trabalhar com esporte universitário e a adesão dos estudantes aos treinamentos e competições. A UFG possui uma grande organização esportiva através da CEL, o que possibilita que seus estudantes participem das competições sem se preocuparem com o pagamento de inscrições

ou com transporte. No entanto, essa organização por si só não consegue fazer com que essas dificuldades sejam superadas.

A não adesão de estudantes às práticas esportivas e na composição de equipes de treinamento acontece pela falta de recursos para se manterem enquanto estudantes e atletas, e pelo tipo de sistema de competição presente no JUG's e no JUB's. A forma de evitar essa recusa na participação seria a reformatação desse sistema. Um sistema que permitisse que todos jogassem até o final da competição e que evitasse a seletividade presente nas divisões dos Jogos.

Assim, este trabalho preocupou-se em apresentar como acontece financiamento das competições universitárias, compreendendo a influência que o esporte de rendimento possui na construção de políticas públicas, bem como na organização dos eventos universitários brasileiros. Espera-se que este trabalho possa servir como orientação para aqueles que estudam o financiamento das políticas públicas de esporte e lazer, bem como a organização do desporto universitário brasileiro. Para estudos futuros sugere-se o aprofundamento no financiamento das competições universitárias abordando os dados quantitativos em relação aos valores destinados a todos os setores do evento (alimentação, hospedagem, comissão organizadora, arbitragem, estrutura, etc.). Além disso pode-se pensar em traçar um paralelo entre as formas de incentivo ao esporte, como por exemplo entre Brasil e Estados Unidos da América, realizando a uma pesquisa em outros lugares para se entender a importância do esporte em outras culturas que não a que estamos habituados, e também, compreender como é o financiamento do esporte em outros países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 COMPERJ. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/manual%20de%20politicass%20p%20c3%9ablicas.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BORGES, Elisa de Campos; BOUNICORE, Augusto César. **Memória do esporte educacional brasileiro: breve história dos Jogos Universitários e Escolares**. São Paulo: Centro de Estudos e Memória da Juventude, 2007. 135 p. Disponível em: <http://www.cemj.org.br/revistasPdf/livro_cmej_esporte.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

BRASIL. COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Demonstração da Aplicação dos Recursos Provenientes da Lei Agnelo/Piva 2014**. Disponível em: <<https://www.cob.org.br/Handlers/RecuperaDocumento.ashx?codigo=4509>>. Acesso em: 30 de out. 2016.

BRASIL. COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **Demonstração da Aplicação dos Recursos Provenientes da Lei Agnelo/Piva 2015**. Disponível em: <<https://www.cob.org.br/Handlers/RecuperaDocumento.ashx?codigo=4537>>. Acesso em: 30 de out. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. **Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em 01 de nov. de 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.617, de 15 de setembro de 1941. **Estabelece as bases de organização dos desportos universitários**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3617.htm>. Acesso em 01 de nov. de 2016.

BRASIL. Decreto nº 54.215, de 27 de agosto de 1964. **Considera os Jogos Universitários Brasileiros como atividade universitária regular**. Disponível em: <[http://www2.esporte.gov.br/cedime/legislacao/leisFederais/1964_NormasJuridicas\(Texto%20Integral\)_DEC_054215_27_08_1964.jsp](http://www2.esporte.gov.br/cedime/legislacao/leisFederais/1964_NormasJuridicas(Texto%20Integral)_DEC_054215_27_08_1964.jsp)>. Acesso em 20 de jun. e 2016.

BRASIL. Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975. **Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6251.htm>. Acesso em 01 de nov. de 2016.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. **Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm>. Acesso em 20 de jun. de 2016.

BRASIL. Art. 217 da Constituição Federal de 1988. **Do desporto**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 30 de out. de 2016.

BRASIL. Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001. **Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm>. Acesso em 20 de jun. de 2016.

BRASIL. Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111438.htm>. Acesso em 31 de out. de 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio/historico>>. Acesso em: 20 jun. 2016

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Política nacional do esporte.** Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/arquivos/conselhoesporte/polnacesp.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Programas e ações.** Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 31 out. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E A SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. **Glossário.** Disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/glossario-1/despesa-discricionaria>>. Acesso em: 30 out. 2016.

BRASIL. PALÁCIO DO PLANALTO. **Ministros.** Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros>>. Acesso em: 25 out. 2016.

BRASIL. PORTAL ORÇAMENTO FEDERAL: ARQUIVOS PORTARIAS MINISTERIAIS. Disponível em:<http://www.orcamentofederal.gov.br/clientes/portalsf/portalsf/orcamentos-2014/arquivos-portarias-ministeriais-e-interministeriais/Portaria%2058_%20de%20210214.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

BRASIL. PORTAL ORÇAMENTO FEDERAL: ARQUIVOS PORTARIAS MINISTERIAIS. Disponível em:<http://www.orcamentofederal.gov.br/clientes/portalsf/portalsf/orcamentos-2015-2/arquivos-portarias-ministeriais/portaria-168_-de-220515.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

CASTRO, Suélen Barboza Eiras De; SOUZA, Doralice Lange De. Financiamento público e políticas federais de esporte e lazer: um estudo sobre o processo de elaboração da proposta orçamentária para o setor (2004-2007). In: Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte, 7., 2014. Matinhos. **Anais...** Matinhos, 2014.

CASTELANNI FILHO, Lino. Megaeventos esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano. In:

MATIAS, Wagner Barbosa; ATHAYDE, Pedro Fernando; MASCARENHAS, Fernando (Orgs.). **Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma**. Brasília: Theasaurus, 2015.

COSTA, Shayene Assis. **A organização esportiva universitária: um estudo de caso da UFG**. In: 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Ouro Preto, Minas Gerais, 2016.

MARQUES, R.F.R.; GUTIERREZ, G.L.; ALMEIDA, M.A.B. de. A transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo: Tendência de mercantilização a partir do final da Guerra Fria. In: 1º Encontro da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte, 2008. Paraná.

MARTINS, C.J.; ALTMANN, H. Características do Esporte Moderno segundo Elias e Dunning. In: X Simpósio Internacional Processo Civilizador, 2007. Campinas, São Paulo.

MASCARENHAS, Fernando. Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami. In: MATIAS, Wagner Barbosa; ATHAYDE, Pedro Fernando; MASCARENHAS, Fernando (Orgs.). **Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma**. Brasília: Theasaurus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

SIGOLI, Mário André; JUNIOR, Dante de Rose. A história do uso político do esporte. **Revista brasileira Ciências e Movimento**. Brasília v. 12 n. 2 p. 111-119 jun. 2004.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. - (Coleção educação contemporânea)

STAREPRAVO, Fernando Augusto. et al. O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva. **Esporte e Sociedade: O esporte Universitário**, ano 5, n.14, mar.2010/jun.2010.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; SOUZA, Juliano de; JUNIOR, Wanderley Marchi. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Uma proposta teórico-metodológica de análise. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 233-251, jul/set de 2011.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; ET AL. O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva. **Esporte e Sociedade**, ano 5, n.14, mar.2010/jun.2010.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TRIVIÑOS; Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Edição. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE 1

ENTREVISTA COM O COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER DA UFG

1. Nome e formação acadêmica
2. Qual o cargo que você exerce e a partir de que meios começou a exercer essa função?
3. A função que você exerce é definida por mandato? Qual a forma de seleção do representante deste cargo?
4. Há quantos anos você trabalha neste cargo?
5. O cargo que você exerce é administrativo? Como o quadro administrativo do seu órgão é composto? Quais cargos fazem parte deste quadro?
6. Quais os órgãos que subsidiam a participação da UFG em eventos?
7. Qual montante geral destinado a realização do evento?
8. Qual setor investe mais, o público ou privado?
9. Para o pagamento de quais despesas esse montante é destinado?
10. O atleta arca com algum tipo custo para efetivar sua participação? Se sim, qual valor?
8. Em sua perspectiva, qual é a maior dificuldade encontrada na viabilização da participação da instituição em competições universitárias?
9. Qual o objetivo do JUB's? Na atual conjuntura do evento e levando em consideração a formação e participação das Instituições, de que maneira você classificaria a competição (participação, educacional ou de rendimento)?

APÊNDICE 2

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO GOIANA DE DESPORTO UNIVERSITÁRIO

1. Nome e formação acadêmica
2. Qual o cargo que você exerce e a partir de que meios começou a exercer essa função?
3. A função que você exerce é definida por mandato? Qual a forma de seleção do representante deste cargo?
4. Há quantos anos você trabalha neste cargo?
5. O cargo que você exerce é administrativo? Como o quadro administrativo do seu órgão é composto? Quais cargos fazem parte deste quadro?
6. Quais os órgãos que subsidiam a realização do JUG's?
7. Qual montante geral destinado a realização do evento?
8. Qual setor investe mais, o público ou privado?
9. Para o pagamento de quais despesas esse montante é destinado?
10. O atleta arca com algum tipo custo para efetivar sua participação? Se sim, qual valor?
11. Em sua perspectiva, qual é a maior dificuldade encontrada na realização de um evento?
12. Qual o objetivo do JUG's? Na atual conjuntura do evento e levando em consideração a formação e participação das Instituições, de que maneira você classificaria a competição (participação, educacional ou de rendimento)?

APÊNDICE 3

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTO UNIVERSITÁRIO

1. Nome e formação acadêmica
2. Qual o cargo que você exerce e a partir de que meios começou a exercer essa função?
3. A função que você exerce é definida por mandato? Qual a forma de seleção do representante deste cargo?
4. Há quantos anos você trabalha neste cargo?
5. O cargo que você exerce é administrativo? Como o quadro administrativo do seu órgão é composto? Quais cargos fazem parte deste quadro?
6. Quais os órgãos que subsidiam a realização do JUB's?
7. Qual montante geral destinado a realização do evento?
8. Qual setor investe mais, o público ou privado?
9. Para o pagamento de quais despesas esse montante é destinado?
10. Em sua perspectiva, qual é a maior dificuldade encontrada na realização de um evento?
11. Qual o objetivo do JUB's? Na atual conjuntura do evento e levando em consideração a formação e participação das Instituições, de que maneira você classificaria a competição (participação, educacional ou de rendimento)?

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS MONOGRAFIAS
ELETRÔNICAS REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE MONOGRAFIAS DA UFG – RIUFG**

1. Identificação do material bibliográfico monografia:

[X] Graduação [] Especialização

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso

Autor (a):	SHAYENE ASSIS COSTA		
E-mail:	shayenegyn@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	[X] Sim	[] Não	
Título:	O FINANCIAMENTO DOS JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS: UM OLHAR A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER		
Palavras-chave:	Financiamento; políticas públicas de esporte e lazer; competições universitárias; esporte universitário; Jogos Universitários Brasileiros.		
Título em outra língua:			
Palavras-chave em outra língua:			
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	07/12/2016		
Graduação/Curso Especialização:	Licenciatura em Educação Física		
Orientador (a)*:	Valléria Araújo de Oliveira		

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

a) Declara que o documento em questão é seu trabalho original, e que detém prerrogativa de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento em questão contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Goiás os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento em questão.

Termo de autorização

Na qualidade de titular dos direitos do autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás a disponibilizar a obra, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional de Monografias da UFG (RIUFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra? () Sim (X) Não

Permitir modificações em sua obra?

(/) Sim

() Sim, contando que outros compartilhem pela mesma licença .

(X) Não

A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Local e Data Goiania, 01 de fevereiro de 2017.

Shayene Assis Costa

Assinatura do Autor e/ou Detentos dos Direitos Autorais